

***INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS
DO MUNICÍPIO DE GUARULHOS - IPREF***

Unidade de Controle Interno do IPREF

RELATÓRIO ANUAL DE CONTROLE INTERNO

ANO CALENDÁRIO – 2021 – Relatório nº 02/2022

Unidade de Controle Interno

WILSON ROBERTO MORALES – CONTROLADOR GERAL – Matrícula nº 6253

Sumário

I – Introdução	4
II – Desenvolvimento dos Trabalhos e da Estrutura do Controle	5
III – Das remunerações dos servidores do IPREF e dos dirigentes	7
IV – Dos Conselhos Administrativo e Fiscal	8
V – Dos investimentos	9
VI – Do Resultado Das Execuções Orçamentária e Financeira e das Receitas	21
VII – Das Despesas Administrativas	25
VIII – Encargos Sociais	26
IX – Tesouraria e Almoxarifado	27
X – Bens Patrimoniais	28
XI – Licitações Realizadas e Adequadas aos Procedimentos de Gestão e Fiscalização dos Contratos ..	29
XII – Dos processos de Adiantamento de Verbas e Diárias	30
XIII – Alimentação do Sistema AUDESP	32
XIV- Comprev	33
XV – Atuário	34
XVI – Concessão de benefícios e do CRP (Certificado de Regularidade Previdenciária)	35
XVII – Da transparência no endereço eletrônico do IPREF	37
XVIII – Dos serviços de Tecnologia da Informação	38
XIX – Da Atualização Cadastral	40
XX – Dos Precatórios e Requisitórios	41
XXI – Dos Recursos Humanos do IPREF	43
XXII – Do benefício da Assistência à Saúde	44
XXIII – Conclusões	45
XXIV – Recomendações	46
XXV – Finalização	48
XXVI – Anexos	49

I - Introdução

Nas próximas linhas este Controle Interno descreve de forma detalhada, através de relatório os pontos analisados no ano de 2021, divididos por tópicos, com impressões iniciais, sugestões e recomendações, com vistas a atingir os objetivos.

Devemos ressaltar que alguns pontos queiram por ausência das informações ou pela data do recebimento dos documentos serão analisados posteriormente, com a elaboração de relatório complementar que será entregue a Presidência posteriormente.

II – Desenvolvimento dos Trabalhos e da Estrutura do Controle Interno

O cargo de Controlador Geral foi criado pela Lei Municipal nº 7.023/2012 e conforme a Instrução Normativa nº 001/2019-IPREF a Unidade de Controle Interno teve nova estruturação, com novas indicações de atividades.

A Unidade de Controle Interno atuou de forma preventiva, através da emissão de análises, diagnósticos e recomendações com vistas ao cumprimento das determinações legais com atuação prévia, concomitante e posterior aos atos administrativos, visando à avaliação da ação executiva do IPREF, sendo as análises efetuadas por amostragem de forma estruturada, sempre presando na avaliação da integridade, adequação, eficácia, eficiência e economicidade dos processos, com vistas a assistir à administração da entidade no cumprimento de seus objetivos.

Os procedimentos foram aplicados de forma manual e presencial, respeitando os protocolos referente a COVID-19, tendo em vista que a Unidade de Controle Interno do IPREF ainda não possui um sistema de controle interno que permitiria maior eficiência e eficácia às atividades da unidade, bem como destacando que a unidade possui apenas um servidor lotado, um estagiário e conta com o apoio eventual de servidora da Contabilidade.

Assim, os trabalhos foram executados, buscando atingir o previsto no ordenamento municipal e nas instruções normativas do IPREF, considerando ao que a sua estrutura física, organizacional e recursos lhe permite, efetuando a leitura das atividades realizadas no IPREF no ano de 2021, utilizando de metodologia de análise crítica dos processos e ainda utilizando do método de amostragem para alguns processos.

Houve o auxílio dessa Unidade de Controle Interno na implementação de instruções com vistas a normatização da gestão e fiscalização de contratos, adiantamento de verbas e diárias, requisição de documentos e informações pelo Controle Interno, entre outras para o aprimoramento, modernização e segurança jurídica, porém sempre é necessário estudar eventuais atualizações/adequações dessas instruções.

O Controle Interno tem buscado as informações de forma preliminar com os setores e divisões do IPREF, com o objetivo de estabelecer um parâmetro de análise das informações,

procedimentos, processos, entre outros elementos para as observações e apontamentos que forem pertinentes, buscado verificar a melhor forma de realizar eventuais relatórios para os assuntos de interesse do IPREF.

O Controle Interno deve ponderar que o IPREF tem buscado as adequações no plano de gestão previdenciária e da assistência à saúde, de outra sorte efetuamos algumas observações que podem aprimorar a Unidade de Controle Interno e a Gestão do IPREF.

III – Das remunerações dos servidores do IPREF e dos dirigentes

Com relação a folha de pagamento de ativos e inativos, em análise por amostragem, a princípio não foram verificadas incongruências com a disposição legal e o que foi pago pelo IPREF, bem como, de se citar que os lançamentos do sistema AUDESP foram efetuados consoante informação prestada pelo setor competente a esta Controladoria.

No que tange a remuneração dos servidores do IPREF, pela análise e já digno de observação nos relatórios anteriores, houve a publicação anual acerca dos valores das remunerações dos cargos e salários o que ocorreu em 12/03/2021 no Diário Oficial do Município de nº 022/2021, página 70 e republicado para sanar incorreções no dia 19/03/2021 no Diário Oficial do Município de nº 025/2021, página 58.

No presente relatório este Controle Interno destaca que recentemente a Presidência nomeou a comissão para a realização da reestruturação do IPREF, fato, inclusive, que vinha sendo objeto de recomendação desta Controladoria.

Por fim, destaca a questão e controvérsia existente em relação à remuneração da Presidência mesmo após a edição e publicação da Lei Municipal nº 7.786/2019, que foi objeto de apontamento e julgamento recente pelo Tribunal de Contas, onde que, apenas de não se aferir prejuízo econômico ao IPREF, há o entendimento de que a sistemática da legislação que reformulou o entendimento sobre a remuneração estaria eivada de vício de entendimento legislativo, sendo recomendado o encaminhamento da demanda ao Executivo Municipal com o objetivo de evitar contratempos em análise de contas seja no IPREF, seja da Prefeitura Municipal.

IV – Dos Conselhos Administrativo e Fiscal

A composição dos Conselhos Administrativo e Fiscal do IPREF, *a priori*, apresentam-se compatíveis com as exigências em vigor, porém algumas observações foram efetuadas pelo Tribunal de Contas no relatório das contas anuais de 2019 e 2020, o que foi respondido pela Administração.

O Controle Interno do IPREF também sugere que seja informado a Prefeitura de Guarulhos acerca das observações do Tribunal de Contas, bem como encaminhe a manifestação efetuada na tomada de contas de 2019 e de 2020.

Analisando os relatórios e atas dos Conselhos Administrativos e Fiscais do ano de 2021, verifica-se a aprovação dos balancetes ao longo do ano, sem recomendações.

Em relação ao balanço de 2021, houve a aprovação das contas do IPREF pelos Conselhos Fiscal e Administrativo.

Como meio de verificar o funcionamento do Conselho Administrativo, este Controlador compareceu em determinada reunião, com intuito de acompanhar as deliberações, tomando ciência dos assuntos abordados.

V – Dos investimentos

Deve-se destacar que o processo de elaboração e aprovação da política de investimentos do IPREF é efetuado de modo transparente, sendo que conta a elaboração por parte do Comitê de Investimentos, com a devida deliberação e aprovação do Conselho Administrativo.

No que se refere ao credenciamento das instituições financeiras, o IPREF tem procedimento público aberto de credenciamento, o que indica, a princípio, modo transparente e com as exigências em vigor.

Com relação as reuniões do Comitê de Investimentos de se verificar a existência das atas até o mês de setembro anexadas ao endereço eletrônico do IPREF, sendo que, existem observações.

A gestora dos recursos do RPPS no trimestre foi nomeada através de publicação no Diário Oficial do Municipal no dia 30/07/2021, conforme portaria nº 144/2021 e é certificada em CPA – 20 ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais e os membros do Comitê de Investimentos aprovados em exame de Certificação de Gestores de Regime Próprio de Previdência Social – CGRPPS, com isso tem-se que, a composição do Comitê de Investimentos, em princípio, está compatível com as exigências em vigor.

Já no que se refere aos membros do Comitê de Investimentos aprovados em exame de Certificação de Gestores de Regime Próprio de Previdência Social - CGRPPS.

A composição do Comitê de Investimentos, em princípio, está compatível com as exigências em vigor.

Em que pese os investimentos estarem aderentes a política de investimentos, devemos observar, referente ao ano de 2021, no total, os investimentos do IPREF, não alcançaram a meta atuarial anual estabelecida, estando os rendimentos apenas de positivos, foram da meta, e assim, resultando em alertas do Tribunal de Contas em face de os percentuais estarem com diferenças entre o previsto na meta atuarial e o realizado, sendo que, o referido órgão fiscalizador aponta tal dissonância e que existe informação na qual se destaca a possibilidade de que isso

demonstre tendência ao descumprimento do equilíbrio atuarial e outras implicações, devendo ser objeto de aberto de procedimento administrativo para se apurar o quanto especificado e apresentar as justificativas pertinentes.

Devemos atentar e ressaltar, novamente, por importante, que essa Presidência verifique a situação descrita que é de fundamental importância a análise para evitar contratempos, em especial, o descumprimento do equilíbrio atuarial, sendo imprescindível a instrução de procedimento para a justificação da questão, visto que, em tese, guarda repercussão com a situação atípica vivenciada no país e mundo, em especial os eventos sazonais relacionados ao mercado financeiro e pela Pandemia do COVID-19, causando a insuficiência da meta estabelecida, agora concretizada.

De toda sorte cabe ao setor de Investimentos, Comitê de Investimentos, Conselho Administrativo e o Gestor o acompanhamento constante do comportamento dos investimentos, com o objetivo de buscar o melhor desempenho dentro do cenário que se apresenta, sempre respeitando a política de investimentos previamente estabelecida conforme normativo legal, mantendo prudência, com segurança e rentabilidade das aplicações, procurando sempre adotar critérios técnicos na gestão dos recursos.

Analisando o contexto dos resultados das aplicações, como dito, temos que houve uma insuficiência da carteira em relação a meta atuarial, bem como um resultado negativo que reflete um sinal de alerta, sendo de fundamental importância a busca por números melhores e a recuperação dos resultados, com a possibilidade de recuperação da carteira nos próximos anos e o desenvolvimento de uma manifestação concisa sobre o ocorrido neste ano.

Para melhor entender a situação narrada, juntamos os números relativos aos investimentos até o mês de dezembro de 2021, conforme segue:

Carteira: GUARULHOS - CONSOLIDADO

Data Extrato: 30/12/2021

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Rentabilidades da Carteira versus Meta Atuarial

Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Rent. Ano
2021	-0,76	-0,81	0,95	1,85	1,21	0,40	-0,37	-0,49	-1,48	-1,09	0,67	1,65	1,66
INPC + 5,45%	0,69	1,20	1,35	0,80	1,41	1,05	1,49	1,35	1,65	1,59	1,27	1,17	16,08
p.p. indexador	-1,46	-2,01	-0,40	1,05	-0,20	-0,65	-1,86	-1,84	-3,13	-2,68	-0,59	0,49	-14,42
2020	0,53	-0,88	-6,05	2,01	2,03	2,14	3,14	-1,11	-1,67	-0,41	3,82	3,63	6,94
INPC + 5,88%	0,69	0,58	0,68	0,22	0,20	0,78	0,97	0,84	1,35	1,37	1,41	1,97	11,62
p.p. indexador	-0,16	-1,46	-6,73	1,78	1,83	1,36	2,17	-1,95	-3,02	-1,78	2,41	1,66	-4,69
2019	2,07	0,41	0,50	0,79	1,47	1,74	0,86	0,16	1,41	1,46	-0,04	2,38	14,00
INPC + 6,00%	0,87	1,01	1,21	1,09	0,66	0,45	0,63	0,63	0,44	0,57	1,01	1,71	10,78
p.p. indexador	1,20	-0,59	-0,71	-0,30	0,81	1,29	0,23	-0,47	0,98	0,88	-1,05	0,67	3,22
2018	2,20	0,71	1,15	0,15	-1,66	0,02	1,59	-0,00	0,57	3,13	0,57	0,96	9,71
INPC + 6,00%	0,74	0,60	0,56	0,70	0,92	1,92	0,76	0,53	0,74	0,91	0,21	0,60	9,59
p.p. indexador	1,46	0,11	0,59	-0,55	-2,57	-1,91	0,83	-0,53	-0,17	2,21	0,36	0,36	0,12

Performance Sobre a Meta Atuarial

Relatório

	Quantidade	Perc. (%)	Período	Carteira	Meta Atuarial	p.p. Indx.	Volatilidade Anual
Meses acima - Meta Atuarial	22	45,83	03 meses	1,22	4,07	-2,85	6,00
Meses abaixo - Meta Atuarial	26	54,17	06 meses	-1,14	8,81	-9,95	5,73
			12 meses	1,66	16,08	-14,42	5,59
			24 meses	8,71	29,57	-20,86	7,85
Maior rentabilidade da Carteira	3,82	2020-11	36 meses	23,93	43,53	-19,60	6,56
Menor rentabilidade da Carteira	-6,05	2020-03	48 meses	35,97	57,30	-21,33	5,87
			Desde 29/12/2017	35,97	57,30	-21,33	5,87

Veja que a carteira apresentou no ano rentabilidade de 1,66%, ou seja, apresentou rentabilidade positiva, contudo, a meta atuarial era de INPC + 5,45%, que totalizaria 16,08%, ficando -14,42 % abaixo da meta atual, o que dentro cenário geral, apresenta deficiência em face da meta atuarial, devendo-se destacar os rendimentos das aplicações:

Carteira: GUARULHOS - CONSOLIDADO

Data Extrato: 30/12/2021

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Rentabilidades por Artigo

Estratégia Indexador	No Mês	No Ano	3 meses	6 meses	12 meses	No Mês(R\$)	No Ano(R\$)
Artigo 7º I, Alínea a % do CDI	0,47 134,15	0,47 134,15				28.001,66	28.001,66
Artigo 7º I, Alínea b % do CDI	0,62 84,77	0,21 4,76	1,17 64,93	0,29 9,59	0,21 4,76	1.140.048,35	495.082,51
Artigo 7º III, Alínea a % do CDI	0,56 76,62	0,91 20,87	1,77 98,12	1,43 46,94	0,91 20,87	140.337,27	507.785,16
Artigo 7º IV, Alínea a % do CDI	0,79 108,27	-1,88 -43,16	0,59 32,66	-0,40 -13,09	-1,88 -43,16	870.718,25	-1.547.878,42
Artigo 7º VII, Alínea b % do CDI	0,96 131,38	4,22 96,74	1,83 101,37	2,32 75,97	4,22 96,74	621.392,61	1.699.411,86
Artigo 8º II, Alínea a Var. IBOVESPA p.p.	2,59 -0,26	-10,99 0,93	-6,13 -0,58	-17,18 0,15	-10,99 0,93	3.552.430,03	-14.644.952,24
Artigo 8º III % do CDI	5,41 742,91	30,34 695,95	12,84 711,04	14,13 463,13	30,34 695,95	3.499.417,29	14.557.863,34
Artigo 8º IV, Alínea b Var. IBOVESPA p.p.	0,00 -2,85	43,60 55,53	0,00 5,55	29,61 46,94	43,60 55,53	0,00	571.793,66
Artigo 9º A, II % do CDI	0,69 95,37	12,29 282,05	5,11 282,65	9,23 302,43	12,29 282,05	319.663,08	4.650.074,78
Artigo 9º A, III % do CDI	3,77 517,19	30,36 696,62	11,26 623,25	17,97 588,95	30,36 696,62	647.793,05	2.921.015,20
GUARULHOS - CONSOLIDADO (Total)						10.819.801,59	9.238.197,51

RESULTADO POR ATIVO

Artigo 7º I, Alínea a (Títulos do Tesouro Nacional)

Ativo	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Amortização	Saldo	Resultado Financ. Mês (R\$)	Resultado Financ. Ano (R\$)
NTN-B 150545 (5,170000%)	0,00	2.985.335,04	0,00	0,00	2.999.273,91	13.938,86	13.938,86
NTN-B 150850 (5,170000%)	0,00	3.012.133,63	0,00	0,00	3.026.196,44	14.062,80	14.062,80
					6.025.470,35	0,00	0,00

Carteira: GUARULHOS - CONSOLIDADO

Data Extrato: 30/12/2021

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Ativo	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Amortização	Saldo	Resultado Financ. Mês (R\$)	Resultado Financ. Ano (R\$)
BB PREV RF ALOCAÇÃO ATIVA FIC FI	12.987.913,15	0,00	0,00	0,00	13.101.720,90	113.807,75	-62.362,19
BB PREV RF IPCA	7.490.613,83	4.323.242,32	-4.323.242,32	0,00	7.528.494,57	37.880,74	325.275,85
BB PREV RF VII	357.682,26	0,00	0,00	0,00	359.594,48	1.912,22	22.356,38
BB PREVIDENCIÁRIO XI TP	6.861.636,12	0,00	0,00	0,00	6.898.210,43	36.574,31	428.381,81
CAIXA BRASIL 2030 III TÍTULOS PÚBLICOS FI RF	7.080.731,98	0,00	0,00	0,00	7.125.535,72	44.803,74	-227.009,11
FI CAIXA BRASIL 2024 I TÍTULOS PÚBLICOS RF	4.268.960,00	0,00	0,00	0,00	4.303.272,50	34.312,50	120.831,62
FI CAIXA BRASIL IDKA IPCA 2A TÍTULOS PÚBLICOS RF LP	21.253.430,66	0,00	0,00	0,00	21.396.496,77	143.066,11	801.396,47
FI CAIXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS RF LP	6.142.743,81	0,00	0,00	0,00	6.187.022,09	44.278,28	244.173,71
FI CAIXA BRASIL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS RF LP	14.329.879,19	0,00	0,00	0,00	14.353.222,02	23.342,83	-174.020,86
FIC DE FI CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA RF	66.692.212,79	0,00	0,00	0,00	67.218.699,02	526.486,23	-111.831,44
SAFRA IMA INSTITUCIONAL FC FI RF	16.423.786,07	0,00	0,00	0,00	16.399.381,17	-24.404,90	-846.267,78
WESTERN ASSET IMA-B5 ATIVO FI RF	20.699.501,36	0,00	0,00	0,00	20.857.489,90	157.988,54	-9.436,46
					185.729.139,57	0,00	0,00

Artigo 7º III, Alínea a (Fundos Renda Fixa Referenciados)

Ativo	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Amortização	Saldo	Resultado Financ. Mês (R\$)	Resultado Financ. Ano (R\$)
MONGERAL AEGON INFLAÇÃO REFERENCIADO IMA-B FI RF LP	8.597.845,43	0,00	0,00	0,00	8.619.623,93	21.778,50	-154.214,23
XP INFLAÇÃO REFERENCIADO IPCA FI RENDA FIXA LP	16.543.440,62	0,00	0,00	0,00	16.661.999,39	118.558,77	661.999,39
					25.281.623,32	0,00	0,00

Artigo 7º IV, Alínea a (Fundos de Renda Fixa)

Ativo	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Amortização	Saldo	Resultado Financ. Mês (R\$)	Resultado Financ. Ano (R\$)
BB PREV RF FLUXO FIC	32.343.308,26	30.554.119,31	-22.359.138,08	0,00	40.659.812,96	121.523,47	846.849,62
BB PREV RF REF DI LP PERFIL FIC FI	3.568.460,81	0,00	0,00	0,00	3.595.700,30	27.239,49	177.458,86
BNP PARIBAS INFLAÇÃO FI RF	5.506.630,00	0,00	0,00	0,00	5.513.052,22	6.422,22	-124.119,84
BRASECO FI RF IDKA PRE 2	24.531.434,34	0,00	0,00	0,00	25.053.303,08	521.868,74	-894.205,54
BRASECO FI RF MAXI PODER PÚBLICO	18.712.708,89	9.127.025,68	-17.192.473,47	0,00	10.708.428,37	61.167,27	229.092,25
BRASECO INSTITUCIONAL FI RF IMA GERAL	10.519.113,05	0,00	0,00	0,00	10.597.012,16	77.899,11	4.241,32
WESTERN ASSET IMA-B ATIVO FI RF	29.030.601,86	0,00	0,00	0,00	29.085.199,81	54.597,95	-1.816.708,56

Carteira: GUARULHOS - CONSOLIDADO

Data Extrato: 30/12/2021

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Ativo	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Amortização	Saldo	Resultado Financ. Mês (R\$)	Resultado Financ. Ano (R\$)
					125.212.508,90	0,00	0,00

Artigo 7º VII, Alínea b (Fundos Renda Fixa "Crédito Privado")

Ativo	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Amortização	Saldo	Resultado Financ. Mês (R\$)	Resultado Financ. Ano (R\$)
ICATU VANGUARDA FI RF INFLAÇÃO CRED PRIV	38.250.287,32	0,00	0,00	0,00	38.655.043,33	404.756,01	1.155.043,33
MONGERAL AEGON CRÉDITO PRIVADO FI RF LONGO PRAZO	23.327.731,93	0,00	0,00	0,00	23.515.869,72	188.137,79	515.869,72
RIO BRAVO CRÉDITO PRIVADO FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA	0,00	4.000.000,00	0,00	0,00	4.028.498,81	28.498,81	28.498,81
					66.199.411,86	0,00	0,00

Artigo 8º II, Alínea a (Fundos de Ações)

Ativo	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Amortização	Saldo	Resultado Financ. Mês (R\$)	Resultado Financ. Ano (R\$)
ARX INCOME INSTITUCIONAL FIC FIA	5.252.112,59	3.000.000,00	0,00	0,00	8.575.518,86	323.406,27	-424.481,14
AZ QUEST SMALL MID CAPS RPPS FIC DE FIA	24.223.654,40	0,00	0,00	0,00	24.761.626,61	537.972,21	-1.814.566,35
BB AÇÕES AGRO FIC FI	8.383.990,71	0,00	0,00	0,00	8.990.300,54	606.309,83	-9.699,46
BB AÇÕES QUANTITATIVO FIC FI	5.013.232,45	0,00	0,00	0,00	5.192.002,06	178.769,61	-327.129,72
BNP PARIBAS SMALL CAPS FI AÇÕES	5.464.268,50	0,00	0,00	0,00	5.750.532,02	286.263,52	-1.249.467,98
CONSTANCIA FUNDAMENTO FI DE ACOES	16.029.143,40	0,00	0,00	0,00	16.533.082,72	503.939,32	-1.278.288,24
CONSTÂNCIA LEGAN BRASIL FIA	11.592.328,00	0,00	0,00	0,00	11.863.047,66	270.719,66	-1.416.304,70
OCCAM FIC FIA	14.692.439,31	0,00	0,00	0,00	15.206.339,45	513.900,14	-1.349.626,47
QUELUZ VALOR FI EM ACOES	2.005.311,67	0,00	0,00	0,00	2.049.047,55	43.735,88	-590.850,67
SAFRA AÇÕES LIVRE FIC FIA	2.126.720,47	0,00	0,00	0,00	2.198.872,87	72.152,40	-801.127,13
VINCI GAS DIVIDENDOS FI EM AÇÕES	12.495.144,70	3.000.000,00	0,00	0,00	15.477.764,90	-17.379,80	-1.712.774,31
VINCI MOSAICO FIA	10.564.517,88	6.000.000,00	0,00	0,00	16.392.340,63	-172.177,25	-1.740.832,96
VINCI SELECTION EQUITIES FIA	15.236.160,71	0,00	0,00	0,00	15.640.978,95	404.818,24	-2.029.553,36
					148.631.454,82	0,00	0,00

Carteira: GUARULHOS - CONSOLIDADO

Data Extrato: 30/12/2021

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Ativo	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Amortização	Saldo	Resultado Financ. Mês (R\$)	Resultado Financ. Ano (R\$)
BTG PACTUAL S&P 500 BRL FI MULTIMERCADO	11.830.946,60	5.000.000,00	0,00	0,00	17.798.276,62	967.330,02	798.276,62
SAFRA S P REAIS PB FI MULTIMERCADO	39.920.323,04	0,00	0,00	0,00	42.072.679,70	2.152.356,66	9.218.339,04
WESTERN ASSET US INDEX 500 FI MULTIMERCADO	6.959.091,76	0,00	0,00	0,00	7.338.822,37	379.730,61	4.581.787,72
					67.209.778,69	0,00	0,00

Artigo 9º A, II (Fundos de Investimento no Exterior)

Ativo	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Amortização	Saldo	Resultado Financ. Mês (R\$)	Resultado Financ. Ano (R\$)
ACCESS USA COMPANIES FIA - INVESTIMENTO NO EXTERIOR	7.674.268,15	0,00	0,00	0,00	7.690.166,68	15.898,53	1.876.273,60
ASHMORE EMERGING MARKETS EQUITY ADVISORY FIC FIA IE	8.682.912,23	0,00	0,00	0,00	8.967.848,18	284.935,95	-407.330,43
AXA WF FRAMLINGTON ROBOTECH ADVISORY FIC FIA INVESTIMENTO NO EXTERIOR	2.724.057,58	0,00	0,00	0,00	2.820.283,01	96.225,43	298.325,98
BB MULTIMERCADO SCHRODER INVESTIMENTO NO EXTERIOR FI	8.193.933,34	0,00	0,00	0,00	8.389.920,24	195.986,90	1.793.263,59
MAG GLOBAL SUSTAINABLE FC DE FI MULT INVESTIMENTO NO EXTERIOR	4.568.794,94	0,00	0,00	0,00	4.665.400,51	96.605,57	519.107,63
MS GLOBAL OPPORTUNITIES ADVISORY FIC FIA INVESTIMENTO NO EXTERIOR	14.161.395,39	0,00	0,00	0,00	13.791.406,09	-369.989,30	633.360,11
					46.325.024,71	0,00	0,00

Artigo 9º A, III (Ações - BDR Nível I)

Ativo	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Amortização	Saldo	Resultado Financ. Mês (R\$)	Resultado Financ. Ano (R\$)
BB AÇÕES BOLSAS GLOBAIS ATIVO FIC DE FIA - BDR ETF NÍVEL I	4.818.909,98	0,00	0,00	0,00	5.040.342,63	221.432,65	263.022,98
SAFRA CONSUMO AMERICANO FIA BDR-NÍVEL I PB	12.373.160,97	0,00	0,00	0,00	12.799.521,37	426.360,40	2.657.992,22
					17.839.864,00	0,00	0,00

Carteira: GUARULHOS - CONSOLIDADO

Data Extrato: 30/12/2021

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Análise de Liquidez

Período	Valor (R\$)	(%)	Valor Acumulado (R\$)	(%) Acum.
de 0 a 30 dias	606.503.740,82	88,10	606.503.740,82	88,10
de 31 a 365 dias	56.967.762,26	8,27	663.471.503,08	96,37
acima de 365 dias	24.982.773,14	3,63	688.454.276,22	100,00

Carteira: GUARULHOS - CONSOLIDADO

Data Extrato: 30/12/2021

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Performance dos Fundos

Fundo	No Mês	No Ano	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	36 meses
Variação da Estratégia							
NTN-B 150545 (5,170000%)	1,18	10,10	1,63	5,78	10,10	14,73	18,86
Var. IMA-B TOTAL p.p.	1,00	11,41	0,61	6,37	11,41	9,72	-10,25
NTN-B 150850 (5,170000%)	1,18	10,16	4,33	5,80	10,16	14,85	19,04
Var. IMA-B TOTAL p.p.	1,00	11,47	3,31	6,40	11,47	9,84	-10,07
MONGERAL AEGON INFLAÇÃO REFERENCIADO IMA-B FI RF LP	0,25	-1,87	1,07	-0,86	-1,87	4,41	28,37
Var. IMA-B TOTAL p.p.	0,08	-0,56	0,06	-0,26	-0,56	-0,60	-0,74
XP INFLAÇÃO REFERENCIADO IPCA FI RENDA FIXA LP	0,72	3,86	2,14	2,66	3,86	12,58	
Var. IPCA p.p.	0,02	-6,16	-0,79	-3,37	-6,16	-2,41	
SAFRA IMA INSTITUCIONAL FC FI RF	-0,15	-4,91	-0,24	-2,96	-4,91	2,32	26,70
Var. IMA-B TOTAL p.p.	-0,33	-3,60	-1,26	-2,36	-3,60	-2,69	-2,42
WESTERN ASSET IMA-B5 ATIVO FI RF	0,76	-0,05	1,42	1,19	-0,05	10,13	27,70
Var. IMA-B 5 p.p.	0,02	-4,56	-0,57	-2,00	-4,56	-2,78	-0,07
FI CAIXA BRASIL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS RF LP	0,16	-1,58	0,95	-0,75	-1,58	4,39	27,97
Var. IMA-B TOTAL p.p.	-0,01	-0,26	-0,06	-0,15	-0,26	-0,62	-1,14
FI CAIXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS RF LP	0,72	4,26	1,92	3,07	4,26	12,34	26,78
Var. IMA-B 5 p.p.	-0,02	-0,25	-0,06	-0,11	-0,25	-0,58	-0,99
BB PREVIDENCIÁRIO XI TP	0,53	6,51	1,77	4,24	6,51	15,34	31,57
Var. IMA-B 5 p.p.	-0,21	2,00	-0,21	1,05	2,00	2,43	3,80
BB PREV RF VII	0,53	6,52	1,77	4,24	6,52	12,49	24,26
Var. IMA-B TOTAL p.p.	0,36	7,83	0,76	4,83	7,83	7,48	-4,85
BB PREV RF ALOCAÇÃO ATIVA FIC FI	0,88	-0,44	0,96	0,25	-0,44	4,63	18,31
Var. IMA-GERAL ex-C TOTAL p.p.							
BB PREV RF IPCA	0,51	4,39	1,48	2,92	4,39	13,43	31,25
Var. IPCA + 6,00% p.p.	-0,71	-12,18	-2,93	-6,27	-12,18	-15,69	-11,54
FIC DE FI CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA RF	0,79	-0,14	1,03	-0,86	-0,14	6,51	24,01
Var. IPCA p.p.	0,09	-10,17	-1,90	-6,89	-10,17	-8,49	4,06
FI CAIXA BRASIL IDKA IPCA 2A TÍTULOS PÚBLICOS RF LP	0,67	4,61	1,77	3,00	4,61	13,02	25,66
Var. IDKA 2 p.p.	-0,10	-0,30	-0,02	0,01	-0,30	-0,95	-1,77
CAIXA BRASIL 2030 III TÍTULOS PÚBLICOS FI RF	0,63	-2,88	2,10	0,14	-2,88	6,18	30,84
Var. IMA-B TOTAL p.p.	0,46	-1,57	1,09	0,73	-1,57	1,17	1,73
FI CAIXA BRASIL 2024 I TÍTULOS PÚBLICOS RF	0,80	2,91	1,99	2,76	2,91	11,92	31,51
Var. IMA-B TOTAL p.p.	0,63	4,22	0,97	3,35	4,22	6,91	2,40
BRANCO FI RF MAXI PODER PÚBLICO	0,66	4,18	1,72	2,98	4,18	6,43	12,47

Carteira: GUARULHOS - CONSOLIDADO

Data Extrato: 30/12/2021

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Fundo Variação da Estratégia	No Mês	No Ano	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	36 meses
% do CDI	91,01	95,98	95,30	97,69	95,98	88,69	91,36
WESTERN ASSET IMA-B ATIVO FI RF	0,19	-5,88	0,34	-2,66	-5,88	2,20	28,61
Var. IMA-B TOTAL p.p.	0,01	-4,57	-0,67	-2,07	-4,57	-2,81	-0,50
BB PREV RF REF DI LP PERFIL FIC FI	0,76	4,59	1,89	3,22	4,59	7,10	13,25
% do CDI	104,77	105,24	104,88	105,67	105,24	97,92	97,06
BNP PARIBAS INFLAÇÃO FI RF	0,12	-3,01	0,70	-1,56	-3,01	2,70	26,94
Var. IMA-B TOTAL p.p.	-0,06	-1,70	-0,31	-0,97	-1,70	-2,31	-2,17
BRAPRECO FI RF IDKA PRE 2	2,13	-3,56	0,38	-1,42	-3,56	4,38	16,50
% do CDI	292,00	-81,78	21,15	-46,62	-81,78	60,49	120,88
BB PREV RF FLUXO FIC	0,64	3,24	1,55	2,46	3,24	4,93	9,99
% do CDI	87,61	74,22	85,81	80,59	74,22	68,04	73,18
BRAPRECO INSTITUCIONAL FI RF IMA GERAL	0,74	0,04	1,13	0,08	0,04	5,88	19,54
Var. IMA-GERAL TOTAL p.p.	-0,09	-0,88	-0,17	-0,69	-0,88	-0,42	-0,39
ICATU VANGUARDA FI RF INFLAÇÃO CRED PRIV	1,06	4,81	1,73	2,32	4,81	12,77	26,41
Var. IMA-B 5 p.p.	0,32	0,29	-0,25	-0,87	0,29	-0,15	-1,36
RIO BRAVO CRÉDITO PRIVADO FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA	0,78	5,59	2,02	3,58	5,59	5,76	11,74
% do CDI	107,36	128,36	111,88	117,46	128,36	79,50	86,00
MONGERAL AEGON CRÉDITO PRIVADO FI RF LONGO PRAZO	0,81	6,25	2,11	3,96	6,25	6,51	12,22
% do CDI	110,70	143,33	116,98	129,68	143,33	89,84	89,57
ARX INCOME INSTITUCIONAL FIC FIA	3,40	-6,49	-3,60	-13,98	-6,49		
Var. IBOVESPA p.p.	0,55	5,44	1,95	3,35	5,44		
BB AÇÕES AGRO FIC FI	7,23	7,50	-0,43	-3,48			
Var. IBOVESPA p.p.	4,38	19,64	5,12	13,85			
BB AÇÕES QUANTITATIVO FIC FI	3,57	-6,26	-3,10	-11,41	-6,26	6,89	
Var. IBOVESPA p.p.	0,71	5,66	2,45	5,92	5,66	16,25	
VINCI GAS DIVIDENDOS FI EM AÇÕES	0,48	-11,52	-2,88	-13,89	-11,52	-7,83	31,63
Var. IBOVESPA p.p.	-2,37	0,41	2,67	3,44	0,41	1,53	12,36
CONSTÂNCIA LEGAN BRASIL FIA	2,34	-10,67	-7,63	-19,03	-10,67	-16,92	12,23
Var. IBOVESPA p.p.	-0,52	1,26	-2,08	-1,70	1,26	-7,56	-7,04
CONSTANCIA FUNDAMENTO FI DE ACOES	3,14	-5,60	-4,44	-15,52	-5,60	-11,47	33,57
Var. IBOVESPA p.p.	0,29	6,33	1,11	1,81	6,33	-2,12	14,30
SAFRA AÇÕES LIVRE FIC FIA	3,39	-22,83	-19,53	-31,60	-22,83	-12,18	
Var. IBOVESPA p.p.	0,54	-10,90	-13,98	-14,27	-10,90	-2,82	
VINCI MOSAICO FIA	0,13	-12,82	-5,04	-17,16	-12,82	-9,79	34,91
Var. IBOVESPA p.p.	-2,72	-0,89	0,51	0,18	-0,89	-0,43	15,64
VINCI SELECTION EQUITIES FIA	2,66	-11,49	-6,28	-16,97	-11,49	-3,29	29,78

Carteira: GUARULHOS - CONSOLIDADO

Data Extrato: 30/12/2021

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Fundo Variação da Estratégia	No Mês	No Ano	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	36 meses
Var. IBOVESPA p.p.	-0,20	0,44	-0,74	0,37	0,44	6,07	10,51
AZ QUEST SMALL MID CAPS RPPS FIC DE FIA	2,22	-9,74	-8,33	-20,34	-9,74	-13,38	
Var. SMALL CAP p.p.	-1,58	6,45	2,95	4,45	6,45	3,36	
BNP PARIBAS SMALL CAPS FI AÇÕES	5,24	-15,00	-11,97	-24,27	-15,00	-17,25	30,74
Var. IBOVESPA p.p.	2,39	-3,07	-6,42	-8,93	-3,07	-7,89	11,48
OCCAM FIC FIA	3,50	-12,74	-4,20	-16,59	-12,74	-5,88	27,49
Var. IBOVESPA p.p.	0,65	-0,81	1,35	0,74	-0,81	3,48	8,22
QUELUZ VALOR FI EM ACOES	2,18	-22,38	-8,38	-26,01	-22,38	-28,96	-3,40
Var. IBOVESPA p.p.	-0,67	-10,45	-2,84	-8,68	-10,45	-19,60	-22,67
WESTERN ASSET US INDEX 500 FI MULTIMERCADO	5,46	32,40	12,96	14,24	32,40	48,52	96,49
% do CDI	748,97	743,41	717,53	466,61	743,41	669,54	706,98
BTG PACTUAL S&P 500 BRL FI MULTIMERCADO	5,44	33,71	13,08	14,63	33,71		
Var. S&P 500 p.p.	1,54	-2,91	-0,73	-9,43	-2,91		
SAFRA S P REAIS PB FI MULTIMERCADO	5,39	32,07	12,77	14,06	32,07	48,69	96,26
Var. IBOVESPA p.p.	2,54	44,00	18,31	31,40	44,00	58,05	76,99
ACCESS USA COMPANIES FIA - INVESTIMENTO NO EXTERIOR	0,21	34,87	11,13	24,93	34,87	137,37	225,07
Var. IBOVESPA p.p.	-2,65	46,80	16,68	42,26	46,80	146,72	205,80
BB MULTIMERCADO SCHRODER INVESTIMENTO NO EXTERIOR FI	2,39	30,87	7,20	17,92	30,87	104,15	165,42
Var. MSCI ACWI p.p.	-0,84	5,37	-2,02	0,88	5,37	19,15	26,70
ASHMORE EMERGING MARKETS EQUITY ADVISORY FIC FIA IE	3,28	-3,32	1,77	-8,37	-3,32		
Var. MSCI ACWI p.p.	0,05	-28,82	-7,45	-25,41	-28,82		
MAG GLOBAL SUSTAINABLE FC DE FI MULT INVESTIMENTO NO EXTERIOR	2,11	18,09	5,60	16,16	18,09		
Var. MSCI ACWI p.p.	-1,12	-7,41	-3,62	-0,87	-7,41		
MS GLOBAL OPPORTUNITIES ADVISORY FIC FIA INVESTIMENTO NO EXTERIOR	-2,61	7,23	1,61	4,91	7,23	105,14	
Var. IPCA + 6,00% p.p.	-3,82	-9,34	-2,80	-4,28	-9,34	76,02	
AXA WF FRAMLINGTON ROBOTEC ADVISORY FIC FIA INVESTIMENTO NO EXTERIOR	3,53	18,41	11,67	11,77	18,41	63,34	
Var. MSCI ACWI p.p.	0,30	-7,09	2,46	-5,27	-7,09	-21,67	
BB AÇÕES BOLSAS GLOBAIS ATIVO FIC DE FIA - BDR ETF NÍVEL I	4,60	20,62	8,23	7,42	20,62		
Var. MSCI World p.p.							
SAFRA CONSUMO AMERICANO FIA BDR-NÍVEL I PB	3,45	33,91	12,50	21,18	33,91	93,44	165,68
Var. IBOVESPA p.p.	0,59	45,84	18,05	38,52	45,84	102,80	146,42
GUARULHOS - CONSOLIDADO	1,65	1,66	1,22	1,66	1,66	8,71	23,93
Var. INPC + 5,45% p.p.	0,48	-14,42	-2,85	-9,95	-14,42	-20,33	-18,28
CDI	0,73	4,36	1,81	3,05	4,36	7,25	13,65
IBOVESPA	2,85	-11,93	-5,55	-17,33	-11,93	-9,36	19,27

Carteira: GUARULHOS - CONSOLIDADO

Data Extrato: 30/12/2021

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Fundo Variação da Estratégia	No Mês	No Ano	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	36 meses
INPC + 6,00%	1,21	16,68	4,21	9,10	16,68	30,39	44,44
IPCA + 6,00%	1,21	16,57	4,41	9,19	16,57	29,12	42,79

Carteira: GUARULHOS - CONSOLIDADO

Data Extrato: 30/12/2021

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Indicadores Econômicos

Indexador	No Mês	No Ano	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	36 meses	48 meses	60 meses
IPCA	0,70	10,03	2,93	6,03	10,03	15,00	19,95	24,44	28,11
INPC	0,70	10,13	2,72	5,94	10,13	16,12	21,33	25,49	28,09
IGPM	0,83	17,74	1,50	2,31	17,74	44,98	55,57	67,30	66,42
SELIC	0,73	4,36	1,81	3,05	4,36	7,25	13,65	20,96	33,01

Investimentos no Exterior

Indexador	No Mês	No Ano	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	36 meses	48 meses	60 meses
S&P 500	3,90	36,62	13,82	24,05	36,62	104,78	174,54	201,52	265,48
MSCI ACWI	3,23	25,50	9,22	17,04	25,50	85,00	138,73	148,36	206,58
MSCI World									

Meta Atuarial

Indexador	No Mês	No Ano	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	36 meses	48 meses	60 meses
IPCA + 4,00%	1,04	14,39	3,92	8,15	14,39	24,32	34,88	45,49	55,69
IPCA + 5,00%	1,13	15,48	4,17	8,67	15,48	26,71	38,80	51,14	63,28
IPCA + 5,50%	1,17	16,03	4,29	8,93	16,03	27,91	40,79	54,03	67,18
IPCA + 5,89%	1,20	16,45	4,38	9,14	16,45	28,85	42,35	56,31	70,28
IPCA + 6,00%	1,21	16,57	4,41	9,19	16,57	29,12	42,79	56,96	71,16
INPC + 4,00%	1,04	14,49	3,72	8,05	14,49	25,54	36,44	46,72	55,67
INPC + 6,00%	1,21	16,68	4,21	9,10	16,68	30,39	44,44	58,29	71,13

Carteira: GUARULHOS - CONSOLIDADO

Data Extrato: 30/12/2021

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Movimentações

APR	Data	Ativo	Aplicação	Resgate	Quantidade	Valor Cota
762	01/12/2021	BRADESCO FI RF MAXI PODER PUBLICO	0,00	7.969,26	2.239,58740000	3,5583608000
789	01/12/2021	ARX INCOME INSTITUCIONAL FIC FIA	3.000.000,00	0,00	2.845.184,41157600	1,0544132000
787	01/12/2021	BB PREV RF FLUXO FIC	0,00	3.000.000,00	1.382.899,06836900	2,1693557170
790	01/12/2021	BTG PACTUAL S&P 500 BRL FI MULTIMERCADO	5.000.000,00	0,00	2.749.185,63623100	1,8187204000
763	02/12/2021	BRADESCO FI RF MAXI PODER PUBLICO	0,00	300,81	84,51624000	3,5591977000
749	02/12/2021	BRADESCO FI RF MAXI PODER PUBLICO	0,00	17.572,99	4.937,34586000	3,5591977000
786	02/12/2021	BB PREV RF FLUXO FIC	0,00	13.000.000,00	5.991.031,72045800	2,1699100600
791	02/12/2021	RIO BRAVO CRÉDITO PRIVADO FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA	4.000.000,00	0,00	1.266.000,26522700	3,1595570000
764	03/12/2021	BRADESCO FI RF MAXI PODER PUBLICO	0,00	922.858,52	259.215,76642000	3,5601944000
750	03/12/2021	BRADESCO FI RF MAXI PODER PUBLICO	0,00	17.201,69	4.831,67156000	3,5601944000
785	03/12/2021	BB PREV RF FLUXO FIC	792,79	0,00	365,26377700	2,1704588550
792	03/12/2021	VINCI GAS DIVIDENDOS FI EM AÇÕES	3.000.000,00	0,00	509.516,24336930	5,8879379000
793	03/12/2021	VINCI MOSAICO FIA	6.000.000,00	0,00	873.952,06410790	6,8653651000
747	06/12/2021	BB PREV RF FLUXO FIC	0,00	102.989,01	47.438,40987800	2,1710046830
751	06/12/2021	BRADESCO FI RF MAXI PODER PUBLICO	0,00	1.287,60	361,56886000	3,5611474000
765	06/12/2021	BRADESCO FI RF MAXI PODER PUBLICO	0,00	4.670.981,90	1.311.650,81794000	3,5611474000
784	06/12/2021	BB PREV RF FLUXO FIC	0,00	21.785,34	10.034,68125600	2,1710046830
777	06/12/2021	BB PREV RF FLUXO FIC	0,00	120.722,08	55.606,54844300	2,1710046830
731	07/12/2021	BB PREV RF FLUXO FIC	84.490,75	0,00	38.908,10959800	2,1715460060
746	07/12/2021	BB PREV RF FLUXO FIC	0,00	109,66	50,49858500	2,1715460060
766	07/12/2021	BRADESCO FI RF MAXI PODER PUBLICO	0,00	806.103,99	226.297,22114000	3,5621471000
752	07/12/2021	BRADESCO FI RF MAXI PODER PUBLICO	0,00	5.422,03	1.522,12412000	3,5621471000
753	09/12/2021	BRADESCO FI RF MAXI PODER PUBLICO	0,00	4.760,97	1.335,78458000	3,5641750000
754	10/12/2021	BRADESCO FI RF MAXI PODER PUBLICO	0,00	4.487,38	1.258,61209000	3,5653400000
767	10/12/2021	BRADESCO FI RF MAXI PODER PUBLICO	0,00	2.073.788,47	581.652,37257000	3,5653400000
755	13/12/2021	BRADESCO FI RF MAXI PODER PUBLICO	0,00	18.675,29	5.236,14567000	3,5666101000
768	13/12/2021	BRADESCO FI RF MAXI PODER PUBLICO	0,00	5,20	1,45797000	3,5666101000
736	14/12/2021	BB PREV RF FLUXO FIC	0,00	1.388,22	638,36853200	2,1746372670

Carteira: GUARULHOS - CONSOLIDADO

Data Extrato: 30/12/2021

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

APR	Data	Ativo	Aplicação	Resgate	Quantidade	Valor Cota
733	14/12/2021	BB PREV RF FLUXO FIC	0,00	24.220,02	11.137,49882200	2,1746372670
745	14/12/2021	BB PREV RF FLUXO FIC	0,00	61.229,27	28.156,08420300	2,1746372670
735	14/12/2021	BB PREV RF FLUXO FIC	0,00	51.893,18	23.862,91304200	2,1746372670
769	14/12/2021	BRASESCO FI RF MAXI PODER PUBLICO	0,00	440.344,41	123.429,04804000	3,5675914000
770	14/12/2021	BRASESCO FI RF MAXI PODER PUBLICO	0,00	3.359.667,02	941.718,55555000	3,5675914000
783	14/12/2021	BB PREV RF FLUXO FIC	0,00	129.440,16	59.522,64405900	2,1746372670
744	15/12/2021	BB PREV RF FLUXO FIC	0,00	199.405,00	91.667,94007900	2,1752970540
771	15/12/2021	BRASESCO FI RF MAXI PODER PUBLICO	0,00	1.352,65	379,05327000	3,5684958000
743	16/12/2021	BB PREV RF FLUXO FIC	3.500,00	0,00	1.608,48417700	2,1759617220
782	16/12/2021	BB PREV RF FLUXO FIC	0,00	5.043.230,86	2.317.702,01148800	2,1759617220
795	16/12/2021	NTN-B 150545 (5,170000%)	971.285,06	0,00	231,00000000	4.204,6972500000
796	16/12/2021	NTN-B 150545 (5,170000%)	2.014.049,98	0,00	479,00000000	4.204,6972500000
794	16/12/2021	NTN-B 150850 (5,170000%)	3.012.133,63	0,00	700,00000000	4.303,0480530000
742	20/12/2021	BB PREV RF FLUXO FIC	0,00	20.495,60	9.413,33647900	2,1772938900
732	20/12/2021	BB PREV RF FLUXO FIC	36.175,40	0,00	16.614,84476900	2,1772938900
772	20/12/2021	BRASESCO FI RF MAXI PODER PUBLICO	0,00	39.469,74	11.050,09984000	3,5718899000
781	20/12/2021	BB PREV RF FLUXO FIC	21.709,69	0,00	9.970,95068300	2,1772938900
788	20/12/2021	BB PREV RF IPCA	4.323.242,32	0,00	1.685.176,68466200	2,5654534410
776	20/12/2021	BB PREV RF IPCA	0,00	4.323.242,32	1.685.176,68466200	2,5654534410
773	21/12/2021	BRASESCO FI RF MAXI PODER PUBLICO	0,00	3.484,92	975,31731000	3,5731141000
741	23/12/2021	BB PREV RF FLUXO FIC	0,00	200.000,00	91.772,67495100	2,1792979240
748	23/12/2021	BRASESCO FI RF MAXI PODER PUBLICO	227.025,68	0,00	63.509,51361000	3,5746720000
780	23/12/2021	BB PREV RF FLUXO FIC	18.363.616,75	0,00	8.426.391,15458500	2,1792979240
740	24/12/2021	BB PREV RF FLUXO FIC	5.000,00	0,00	2.293,60421200	2,1799750680
756	24/12/2021	BRASESCO FI RF MAXI PODER PUBLICO	0,00	114.042,76	31.891,10313000	3,5760055000
757	24/12/2021	BRASESCO FI RF MAXI PODER PUBLICO	0,00	60.759,47	16.990,87712000	3,5760055000
758	27/12/2021	BRASESCO FI RF MAXI PODER PUBLICO	0,00	13.575,92	3.794,91241000	3,5774001000
774	27/12/2021	BRASESCO FI RF MAXI PODER PUBLICO	0,00	275,60	77,03919000	3,5774001000
737	28/12/2021	BB PREV RF FLUXO FIC	0,00	14.961,33	6.858,89792900	2,1813023250
734	28/12/2021	BB PREV RF FLUXO FIC	0,00	23.930,76	10.970,85888800	2,1813023250

Carteira: GUARULHOS - CONSOLIDADO

Data Extrato: 30/12/2021

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

APR	Data	Ativo	Aplicação	Resgate	Quantidade	Valor Cota
739	28/12/2021	BB PREV RF FLUXO FIC	0,00	141.441,88	64.842,85941400	2,1813023250
759	28/12/2021	BRASESCO FI RF MAXI PODER PUBLICO	0,00	1.623,33	453,62689000	3,5785577000
775	28/12/2021	BRASESCO FI RF MAXI PODER PUBLICO	0,00	4.597.233,73	1.284.661,06052000	3,5785577000
779	28/12/2021	BB PREV RF FLUXO FIC	0,00	201.895,71	92.557,41750500	2,1813023250
738	30/12/2021	BB PREV RF FLUXO FIC	11.510,66	0,00	5.273,72870400	2,1826416650
761	30/12/2021	BRASESCO FI RF MAXI PODER PUBLICO	8.900.000,00	0,00	2.485.296,88589000	3,5810611000
760	30/12/2021	BRASESCO FI RF MAXI PODER PUBLICO	0,00	9.227,82	2.576,83959000	3,5810611000
778	30/12/2021	BB PREV RF FLUXO FIC	12.027.323,27	0,00	5.510.443,35992700	2,1826416650
Total						

Carteira: GUARULHOS - CONSOLIDADO

Data Extrato: 30/12/2021

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Análise de Risco

Horizonte: 21 dias / Nível de Confiança: 95,0% Value-At-Risk (R\$): 19.646.376,07 Value-At-Risk: 2,85%

	Volatilidade ⁽¹⁾	VaR ⁽²⁾	CVaR ⁽³⁾	Sharpe	Rent.	Valor(R\$)	% Carteira
GUARULHOS - CONSOLIDADO		2,85	2,85			688.454.276,22	100,00

Renda Fixa Value-At-Risk: 1,41%

Artigo 7º I, Alínea a

Ativo	Volatilidade ⁽¹⁾	VaR ⁽²⁾	CVaR ⁽³⁾	BVaR ⁽⁴⁾	Sharpe	Rent.	Valor(R\$)	% Carteira
NTN-B 150545 (5,170000%)		0,21	0,00	2,98			2.999.273,91	0,44
NTN-B 150850 (5,170000%)		0,21	0,00	2,97			3.026.196,44	0,44
Sub-total	0,10	0,15	0,00		-2,56	0,47	6.025.470,35	0,88

Artigo 7º I, Alínea b

Ativo	Volatilidade ⁽¹⁾	VaR ⁽²⁾	CVaR ⁽³⁾	BVaR ⁽⁴⁾	Sharpe	Rent.	Valor(R\$)	% Carteira
FI CAIXA BRASIL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS RF LP		3,00	0,03	0,03			14.353.222,02	2,08
FI CAIXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS RF LP		1,20	0,01	0,02			6.187.022,09	0,90
FI CAIXA BRASIL IDKA IPCA 2A TÍTULOS PÚBLICOS RF LP		1,62	0,02	0,26			21.396.496,77	3,11
WESTERN ASSET IMA-B5 ATIVO FI RF		1,71	0,03	0,60			20.857.489,90	3,03
BB PREV RF IPCA		1,34	0,00	1,35			7.528.494,57	1,09
BB PREV RF VII		0,73	0,00	2,87			359.594,48	0,05
BB PREVIDENCIÁRIO XI TP		0,73	0,00	0,98			6.898.210,43	1,00
BB PREV RF ALOCAÇÃO ATIVA FIC FI		1,19	0,01	2,00			13.101.720,90	1,90
FIC DE FI CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA RF		1,05	0,04	1,06			67.218.699,02	9,76
SAFRA IMA INSTITUCIONAL FC FI RF		3,13	0,04	0,39			16.399.381,17	2,38
FI CAIXA BRASIL 2024 I TÍTULOS PÚBLICOS RF		1,71	0,01	1,68			4.303.272,50	0,63
CAIXA BRASIL 2030 III TITULOS PUBLICOS FI RF		3,26	0,02	0,75			7.125.535,72	1,04
Sub-total	2,02	1,49	0,22		-0,05	0,62	185.729.139,57	26,98

Carteira: GUARULHOS - CONSOLIDADO

Data Extrato: 30/12/2021

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Ativo	Volatilidade ⁽¹⁾	VaR ⁽²⁾	CVaR ⁽³⁾	BVaR ⁽⁴⁾	Sharpe	Rent.	Valor(R\$)	% Carteira
MONGERAL AEGON INFLAÇÃO REFERENCIADO IMA-B FI RF LP		3,25	0,02	0,33			8.619.623,93	1,25
XP INFLAÇÃO REFERENCIADO IPCA FI RENDA FIXA LP		1,68	0,02	1,69			16.661.999,39	2,42
Sub-total	3,36	2,20	0,04		-0,05	0,56	25.281.623,32	3,67

Artigo 7º IV, Alínea a

Ativo	Volatilidade ⁽¹⁾	VaR ⁽²⁾	CVaR ⁽³⁾	BVaR ⁽⁴⁾	Sharpe	Rent.	Valor(R\$)	% Carteira
BNP PARIBAS INFLAÇÃO FI RF		3,12	0,01	0,20			5.513.052,22	0,80
BRABESCO FI RF MAXI PODER PUBLICO		0,04	0,00	0,03			10.708.428,37	1,56
BRABESCO INSTITUCIONAL FI RF IMA GERAL		1,43	0,01	0,19			10.597.012,16	1,54
WESTERN ASSET IMA-B ATIVO FI RF		3,44	0,08	0,58			29.085.199,81	4,22
BB PREV RF REF DI LP PERFIL FIC FI		0,05	0,00	0,03			3.595.700,30	0,52
BB PREV RF FLUXO FIC		0,04	0,00	0,01			40.659.812,96	5,91
BRABESCO FI RF IDKA PRE 2		2,24	0,04	2,23			25.053.303,08	3,64
Sub-total	3,17	1,43	0,14		0,02	0,79	125.212.508,90	18,19

Artigo 7º VII, Alínea b

Ativo	Volatilidade ⁽¹⁾	VaR ⁽²⁾	CVaR ⁽³⁾	BVaR ⁽⁴⁾	Sharpe	Rent.	Valor(R\$)	% Carteira
RIO BRAVO CRÉDITO PRIVADO FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA		0,05	0,00	0,04			4.028.498,81	0,59
ICATU VANGUARDA FI RF INFLACAO CRED PRIV		1,81	0,05	0,71			38.655.043,33	5,61
MONGERAL AEGON CRÉDITO PRIVADO FI RF LONGO PRAZO		0,06	0,00	0,07			23.515.869,72	3,42
Sub-total	1,87	1,06	0,05		0,12	0,96	66.199.411,86	9,62

Renda Variável e Investimentos Estruturados

Value-At-Risk: 7,85%

Artigo 8º II, Alínea a

Ativo	Volatilidade ⁽¹⁾	VaR ⁽²⁾	CVaR ⁽³⁾	BVaR ⁽⁴⁾	Sharpe	Rent.	Valor(R\$)	% Carteira
VINCI GAS DIVIDENDOS FI EM AÇÕES		10,12	0,20	2,41			15.477.764,90	2,25

Carteira: GUARULHOS - CONSOLIDADO

Data Extrato: 30/12/2021

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Ativo	Volatilidade ⁽¹⁾	VaR ⁽²⁾	CVaR ⁽³⁾	BVaR ⁽⁴⁾	Sharpe	Rent.	Valor(R\$)	% Carteira
CONSTANCIA FUNDAMENTO FI DE ACOES		9,78	0,21	2,89			16.533.082,72	2,40
BNP PARIBAS SMALL CAPS FI AÇÕES		15,54	0,11	8,39			5.750.532,02	0,84
QUELUZ VALOR FI EM ACOES		10,00	0,02	2,64			2.049.047,55	0,30
CONSTÂNCIA LEGAN BRASIL FIA		10,20	0,15	1,58			11.863.047,66	1,72
VINCI SELECTION EQUITIES FIA		9,39	0,19	2,39			15.640.978,95	2,27
OCCAM FIC FIA		9,64	0,19	2,60			15.206.339,45	2,21
VINCI MOSAICO FIA		11,56	0,24	3,89			16.392.340,63	2,38
ARX INCOME INSTITUCIONAL FIC FIA		10,24	0,11	2,06			8.575.518,86	1,25
AZ QUEST SMALL MID CAPS RPPS FIC DE FIA		8,73	0,28	8,61			24.761.626,61	3,60
BB AÇÕES AGRO FIC FI		10,92	0,12	4,68			8.990.300,54	1,31
BB AÇÕES QUANTITATIVO FIC FI		10,18	0,07	1,97			5.192.002,06	0,75
SAFRA AÇÕES LIVRE FIC FIA		17,16	0,04	10,57			2.198.872,87	0,32
Sub-total	17,61	9,85	1,95		0,11	2,59	148.631.454,82	21,59

Artigo 8º III

Ativo	Volatilidade ⁽¹⁾	VaR ⁽²⁾	CVaR ⁽³⁾	BVaR ⁽⁴⁾	Sharpe	Rent.	Valor(R\$)	% Carteira
WESTERN ASSET US INDEX 500 FI MULTIMERCADO		6,52	0,05	6,52			7.338.822,37	1,07
SAFRA S P REAIS PB FI MULTIMERCADO		6,40	0,26	9,39			42.072.679,70	6,11
BTG PACTUAL S&P 500 BRL FI MULTIMERCADO		6,51	0,11	5,86			17.798.276,62	2,59
Sub-total	16,88	6,44	0,42		0,28	5,41	67.209.778,69	9,76

Investimentos no Exterior

Value-At-Risk: 6,42%

Artigo 9º A, II

Ativo	Volatilidade ⁽¹⁾	VaR ⁽²⁾	CVaR ⁽³⁾	BVaR ⁽⁴⁾	Sharpe	Rent.	Valor(R\$)	% Carteira
ACCESS USA COMPANIES FIA - INVESTIMENTO NO EXTERIOR		8,81	0,01	14,19			7.690.166,68	1,12
ASHMORE EMERGING MARKETS EQUITY ADVISORY FIC FIA IE		9,13	0,06	10,01			8.967.848,18	1,30
AXA WF FRAMLINGTON ROBOTEC ADVISORY FIC FIA INVESTIMENTO NO EXTERIOR		10,04	0,01	8,77			2.820.283,01	0,41

Carteira: GUARULHOS - CONSOLIDADO

Data Extrato: 30/12/2021

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Ativo	Volatilidade ⁽¹⁾	VaR ⁽²⁾	CVaR ⁽³⁾	BVaR ⁽⁴⁾	Sharpe	Rent.	Valor(R\$)	% Carteira
BB MULTIMERCADO SCHRODER INVESTIMENTO NO EXTERIOR FI		8,49	-0,03	8,67			8.389.920,24	1,22
MAG GLOBAL SUSTAINABLE FC DE FI MULT INVESTIMENTO NO EXTERIOR		8,92	-0,02	10,74			4.665.400,51	0,68
MS GLOBAL OPPORTUNITIES ADVISORY FIC FIA INVESTIMENTO NO EXTERIOR		10,90	-0,05	10,90			13.791.406,09	2,00
Sub-total	11,67	6,79	-0,02		-0,00	0,69	46.325.024,71	6,73

Artigo 9º A, III

Ativo	Volatilidade ⁽¹⁾	VaR ⁽²⁾	CVaR ⁽³⁾	BVaR ⁽⁴⁾	Sharpe	Rent.	Valor(R\$)	% Carteira
SAFRA CONSUMO AMERICANO FIA BDR-NÍVEL I PB		8,42	0,02	13,97			12.799.521,37	1,86
BB AÇÕES BOLSAS GLOBAIS ATIVO FIC DE FIA - BDR ETF NÍVEL I		6,24	0,03	9,38			5.040.342,63	0,73
Sub-total	15,83	6,75	0,04		0,19	3,77	17.839.864,00	2,59

O Controle Interno descreve o contido acima para melhor consubstanciar ao Gestor a interpretação do quadro que se apresenta.

Como já exposto, no caso é crível ao setor responsável e o Comitê de Investimentos, em conjunto com o Conselho Administrativo e o Gestor do IPREF ficarem atentos ao mercado, bem como, estabelecer uma política de realização de avaliações atuariais com maior periodicidade, para, se o caso, ocorrência de eventuais revisões dos critérios atuariais relativos a meta de investimentos.

Com relação ao sistema AUDESP, levamos ao conhecimento que houveram ao longo do ano entregas intempestivas dos relatórios, o que pode gerar alerta sobre o atraso na integra das informações.

Os procedimentos de credenciamento das instituições seguem os preceitos delineados na Instrução Normativa nº 002/2017 que segue os regramentos do Ministério da Economia que incorpora os mandamentos do antigo Ministério da Previdência Social e da Secretaria de Previdência Social, do Conselho Monetário Nacional e o QDD (Questionário Due Diligence), disponibilizado pela ANBIMA, os quais delineiam o formulário válido para o devido Credenciamento das Instituições Financeiras.

Destaca-se, ainda, que os processos de credenciamento são avaliados e aprovados pelo Comitê de Investimento, e, posteriormente homologados pela Autoridade Administrativa do IPREF.

Ao longo do ano foram avaliados alguns processos de credenciamento de instituições financeiras pelo método de amostragem (listagem abaixo):

Processos de Credenciamento

INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS CREDENCIADAS		
Nome da Instituição	Data do Credenciamento	Nº Pa
Privatiza Agentes Autônomos de Investimentos S.S	27/01/2021	836/2020
BB Gestão de Recursos DTVM S.A	27/01/2021	837/2020
Constância Investimentos LTDA	04/03/2021	155/2021
XP Allocation Asset Management LTDA	31/03/2021	259/2021

Grid Agente Autônomo de Investimentos LTDA	27/05/2021	389/2021
Icatu Vanguarda Gestão de Recursos LTDA	27/05/2021	390/2021
Vinci Equities Gestora de Recursos LTDA	28/07/2021	486/2021
Vinci Soluções de Investimentos LTDA	28/07/2021	487/2021
OCCAM Brasil Gestão e Recursos LTDA	28/07/2021	518/2021
XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A	28/07/2021	520/2021
Somma Investimentos S.A	28/07/2021	521/2021
Queluz Gestão de Recursos Financeiros LTDA	28/07/2021	523/2021
XP Vista Assent Management LTDA	28/07/2021	519/2021
Mongeral Aegon Investimentos LTDA	28/07/2021	524/2021
WESTERN ASSET MANAGEMENT COMPANY DTVM LIMITADA	31/08/2021	579/2021
GENIAL INVESTIMENTOS CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS S.A	31/08/2021	584/2021
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	31/08/2021	593/2021
BANCO BNP PARIBAS BRASIL S.A	31/08/2021	601/2021
AZ QUEST INVESTIMENTOS LTDA	31/08/2021	602/2021
SANTANDER CACEIS BRASIL DTVM S.A	03/09/2021	614/2021
BRAM - BRADESCO ASSET MANAGEMENT S.A. DTVM	03/09/2021	618/2021
BANCO BRADESCO S.A.	03/09/2021	619/2021
BEM DTVM LTDA	03/09/2021	620/2021
RIO BRAVO FUNDAMENTAL	29/09/2021	640/2021
BTG PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A DTVM	27/10/2021	730/2021
BTG PACTUAL MANAGEMENT S.A DTVM	27/10/2021	733/2021
MAGNA - AGENTE AUTONOMO DE INVESTIMENTOS S/S LTDA	27/10/2021	665/2021
BNP PARIBAS ASSET MANAGEMENT BRASIL LTDA	30/11/2021	801/2021
BANCO J.SAFRA S.A	30/11/2021	802/2021
SAFRA SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO FIDUCIÁRIA LTDA	30/11/2021	803/2021

Os referidos processos, a princípio, foram analisados nos termos da Instrução Normativa nº 002/2017-IPREF, sendo os mesmos aprovados pelo Comitê de Investimentos e Homologado pela Autoridade Administrativa do IPREF.

Pode-se verificar que, a princípio, seguiram os padrões estabelecidos na Instrução Normativa nº 002/2017-IPREF, contudo, verificamos a ausência ao longo do ano dos seguintes trâmites, quais sejam: Declaração Idoneidade do Gestor do Fundo e Publicação no Diário Oficial referente aos credenciamentos e assim, efetuamos recomendações para que no procedimento de credenciamento fosse incluída a Declaração de Idoneidade e também que ocorresse a publicação em Diário Oficial de todos os credenciamentos realizados e que isso se torne uma praxe nos próximos processos de credenciamento, sendo que, houve resposta do Setor de Investimento com resposta de que as providências teriam sido adotadas, sendo do conhecimento deste Controle Interno, inclusive, a publicação dos credenciamentos.

O processo de elaboração e aprovação da política de investimentos é efetuado no Instituto com elaboração por parte do Comitê de Investimentos e deliberado pelo Conselho Administrativo, o que importa em transparência e duplo grau de abordagem.

No que tange a autorização para aplicação ou resgate há deliberação do Comitê de investimentos que delibera pelas aplicações e resgates, e, após esta deliberação o Setor de Investimentos operacionaliza o processo, encaminhando a Autoridade Administrativa que é responsável por ratificar os atos do Comitê, e, após este trâmite, o processo retorna ao Setor de Investimento para as execuções deliberadas e decididas, seguindo um padrão transparente de deliberações e decisões.

VI – Do Resultado Das Execuções Orçamentária e Financeira e das Receitas

A tabela abaixo foi elaborada tem como base os dados coletados no setor de contabilidade do ano de 2021.

RECEITAS

RECEITAS ORÇAMENTARIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO c = (b-a)
RECEITAS CORRENTES	R\$ 334.865.643,00	R\$ 334.865.643,00	R\$ 97.513.870,51	R\$ 62.648.227,51
Receitas de Contribuições	R\$ 255.591.279,00	R\$ 255.591.279,00	R\$ 78.312.879,13	R\$ 22.721.600,13
Contribuições Sociais	R\$ 255.591.279,00	R\$ 255.591.279,00	R\$ 278.312.879,13	R\$ 22.721.600,13
Receita Patrimonial	R\$ 3.431.288,00	R\$ 43.431.288,00	R\$ 69.038.408,43	R\$ 25.607.120,43
Receitas de Valores Mobiliários	R\$ 43.431.288,00	R\$ 43.431.288,00	R\$ 69.038.408,43	R\$ 25.607.120,43
Receita de Serviços	R\$ 35.274.317,00	R\$ 35.274.317,00	R\$ 25.551.616,21	- R\$ 9.722.700,79
Outras Receitas Correntes	R\$ 568.759,00	R\$ 568.759,00	R\$ 24.610.969,74	R\$ 24.042.210,74
Multas e Juros de Mora	R\$ 2.548,00	R\$ 2.548,00	R\$ 5.208,52	R\$ 2.660,52
Indenizações e Restituições	R\$ 161.871,00	R\$ 161.871,00	R\$ 179.894,16	R\$ 18.023,16
Receitas Correntes Diversas	R\$ 404.340,00	R\$ 404.340,00	R\$ 24.425.867,06	R\$ 24.021.527,06
RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 14.100,00	R\$ 14.100,00	R\$ -	- R\$ 14.100,00
Alienação de Bens	R\$ 14.100,00	R\$ 14.100,00	R\$ -	- R\$ 14.100,00
Alienação de Bens Móveis	R\$ 14.100,00	R\$ 14.100,00	R\$ -	- R\$ 14.100,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)	R\$ 334.879.743,00	R\$ 334.879.743,00	R\$ 397.513.870,51	R\$ 62.634.127,51

DESPESAS

DESPESAS ORÇAMENTARIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	PREVISÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS (h)	SALDO DA DOTAÇÃO (i) = (e-f)
DESPESAS CORRENTES	R\$ 238.110.756,57	R\$ 245.950.196,57	R\$ 241.689.593,75	R\$ 236.424.681,04	R\$ 235.794.402,26	R\$ 4.260.602,82
Pessoal e Encargos sociais	R\$ 200.861.105,00	R\$ 213.151.065,00	R\$ 211.315.973,17	R\$ 211.251.251,27	R\$ 211.231.926,74	R\$ 1.835.091,83
Outras Despesas Correntes	R\$ 37.249.651,57	R\$ 32.799.131,57	R\$ 30.373.620,58	R\$ 25.173.429,77	R\$ 24.562.475,52	R\$ 2.425.510,99
DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 731.560,00	R\$ 3.120,00	R\$ 994,00	R\$ 994,00	R\$ 994,00	R\$ 2.126,00
Investimentos	R\$ 731.560,00	R\$ 3.120,00	R\$ 994,00	R\$ 994,00	R\$ 994,00	R\$ 2.126,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 259.537.426,46	R\$ 256.437.426,43	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 256.437.426,43
SUBTOTAL DAS DESPESAS (VI)	R\$ 498.379.743,03	R\$ 502.390.743,00	R\$ 241.690.587,75	R\$ 236.425.675,04	R\$ 235.795.396,26	R\$ 260.700.155,25

SUPERÁVIT (IX)	R\$ 155.823.282,76
-----------------------	---------------------------

Fonte: informações disponibilizadas pelo setor de contabilidade.

Analisando as informações do quadro podemos perceber que o IPREF obteve um superávit de arrecadação entre o que foi orçado no ano e o efetivamente arrecadado na ordem de R\$ 62.634.127,51 (sessenta e dois milhões, seiscentos e trinta e quatro mil, cento e vinte reais e cinquenta e um centavos), em que pese a existência de legislação de suspensão da Contribuição Patronal no ano analisado, salientando que o total arrecadado foi de R\$ 397.513.870,51 (trezentos e noventa e sete milhões, quinhentos e treze mil, oitocentos e setenta reais e cinquenta e um centavos).

No que tange as despesas pagas o total foi de R\$ R\$ 235.795.396,26 (duzentos e trinta e cinco milhões, setecentos e noventa e cinco mil, trezentos e noventa e seis reais e vinte e seis centavos), e assim, o superávit entre o arrecadado e as despesas empenhadas é de R\$ R\$ 155.823.282,76 (cento e cinquenta e cinco milhões, oitocentos e vinte e três mil, duzentos e oitenta e dois reais, setenta e cinco centavos).

Com isso, devemos realçar que houve uma arrecadação maior que o valor orçado, o que não implica em prejuízo ao IPREF, porém digno de observações de que deverá ser aferido pela Administração, através dos setores técnicos eventual necessidade de efetuar ajustes pelo excesso de arrecadação ou expressar justificativas para quando de todas as análises e explicações que são necessárias aos órgãos de praxe.

A Tabela abaixo demonstra as porcentagens de crescimento do Superávit nos cinco últimos exercícios, bem como que no exercício de 2021.

2021	Superávit de	R\$ 155.823.282,76
2020	Superávit de	R\$ 76.871.522,15
2019	Superávit de	R\$ 130.357.241,21
2018	Superávit de	R\$ 15.301.086,89
2017	Superávit de	R\$ 4.535.571,90
2016	Superávit de	R\$ 5.187.234,74

Fonte: Informações tiradas do Setor de Contabilidade

Devemos salientar que o concretizado encontra-se acima da expectativa orçamentária.

Assim, os números do ano em discussão encontram-se em conformidade ao que foi previsto e até o momento perfazendo o cumprimento dessa meta, salientando que as receitas superam as despesas, bem como que as receitas foram além do orçado, ou seja, estamos falando de previsão orçamentária, sendo que se fez a previsão de receita e despesa, e, neste caso, entende-se que o IPREF está neste aspecto bem caracterizado, porém sempre deve-se observar se deverá ser aferido pela Administração, através dos setores técnicos eventual necessidade de efetuar ajustes pelo excesso de arrecadação ou expressar justificativas para quando de todas as análises e explicações que são necessárias aos órgãos de praxe.

Assim, permite-se perceber maior arrecadação do que foi previsto e realização de despesas menores do que o previsto, o que resultou em superávit e economia orçamentária e assim, neste âmbito, caberá a Administração, através dos setores técnicos eventual necessidade de efetuar ajustes pelo excesso de arrecadação ou expressar justificativas para quando de todas as análises e explicações que são necessárias.

Em que pese a arrecadação ter ocorrido em patamar acima do previsto, avaliando, ainda, a questão financeira do IPREF, deve-se informar que existe acordo de parcelamento em andamento o que pode ter ajudado na ampliação do superávit.

Ainda em relação a existência desse acordo para resolução dessas pendências firmado entre a Prefeitura e o IPREF do qual deve-se zelar pelo cumprimento, bem como continuar comunicando este Controle Interno do cumprimento do mesmo, sendo que tal acordo está alicerçado na legislação municipal em consonância com disposição federal para a suspensão das Contribuições Patronais e parcelamento das Contribuições em atraso (Lei Federal Complementar nº 173 de 27 de maio de 2020, da Portaria nº 14.816, de 19 de junho de 2020 sobre os parâmetros para a aplicação do artigo 9º da referida Lei Federal Complementar e Lei Municipal 7.853/2020). Deve-se realçar, ainda, que, recentemente houve a formalização do acordo do repasse, pelo Executivo, de forma parcelada das Contribuições em atraso, estando o acordo publicado no Diário Oficial do Município no dia 29/01/2021.

Digno de observação ainda o constante nas análises prévias do Tribunal de Contas pelo sistema AUDESP, os quais repassamos em relatórios trimestrais e em recomendações intermediárias, o qual sugerimos manifestação da contabilidade.

Com relação ao ano calendário de 2021, conforme relatado pela Tesouraria em informações prestadas a esse Controle Interno, não há menção de atrasos nas contribuições previdenciárias.

Existem observações no sistema AUDESP sobre a análise do período citado, o que será objeto de citação no campo próprio, porém sem detalhamento.

No que se refere a Assistência à Saúde existem, neste momento, não são informadas pendências relativas ao ano de 2021 e situações com referência a débitos, segundo informações da Divisão Técnica e Diretoria, sendo que os aportes e suplementações devem seguir os trâmites, diretrizes e cronologia de cobranças, adequações e avaliações constantes.

De outra feita, ainda verificamos que existem débitos lançados na dívida ativa não tributária na área da Assistência à Saúde, que estão sofrendo em parte cobranças por parte do IPREF e outros em discussão e análise na forma de análise do perfil da dívida pelo Grupo de Trabalho pela portaria nº 165/2020, publicada no Diário Oficial do Município de Guarulhos no dia 13/11/2020 e que foi informado a esse Controle pela Direção do instituto.

De outra feita, reiteramos e destacamos a necessidade de se reforçar as cobranças perante a Prefeitura de Guarulhos para os repasses em atraso da Assistência à Saúde e a continuidade para conclusão do objeto do Grupo de Trabalho mencionado.

VII – Das Despesas Administrativas

Os dados para subsidiar o relatório deste Controle Interno foram colhidos perante do Setor de Contabilidade, e neste contexto, o valor para os gastos administrativos do IPREF é da ordem de R\$ 13.301.585,96 (treze milhões trezentos e um mil e quinhentos e oitenta e cinco reais e noventa e seis centavos), qual seja, 1 % (um por cento) sobre o total da remuneração dos servidores ativos, inativos e pensionistas do exercício de 2020, vinculados ao RPPS), salientando que o valor total de gastos com despesas administrativas foi de R\$ 6.996.829,70 (seis milhões novecentos e noventa e seis mil e oitocentos e vinte e nove reais e setenta centavos).

Assim, considerando as informações prestadas pela Contabilidade a este Controle Interno, estaria o IPREF dentro da média estabelecido nos meses de janeiro a dezembro de 2021, os percentuais de gastos atingiram 52,60% de um total disponível de 1 %, estando dentro da expectativa da meta em porcentagem e em valores, estando essas citações e os valores citados dentro do limite de 1% do valor total das remunerações (servidores ativos), proventos (inativos) e pensões dos segurados vinculados ao RPPS, relativo ao exercício anterior ao examinado (inciso VIII, art. 6º da Lei 9.717/98 e artigo 41 e seus incisos da Orientação Normativa SPS nº 02/09, salientando que os gastos ficariam abaixo do limite estabelecido na Lei 6.056/05 e suas alterações, que para o ano de 2021 é de 1 % (um por cento), nos termos do contido na Lei 6.056/05 que se deu pela edição da Lei Municipal nº 7.783/2019).

Ainda de se observar que ao longo dos últimos 3 (três) anos o IPREF tem se mantido dentro da margem de gastos do percentual disponível em face do valor total das remunerações, com uma administração racional, dentro dos parâmetros permitidos e com gastos, inclusive, abaixo do permitido, importando em economia ao IPREF.

VIII – Encargos Sociais

Analizamos os processos referente aos recolhimentos de encargos sociais do IPREF e não vislumbramos pendências, assim como também foram recolhidas as contribuições dos servidores do IPREF referente a Previdência Complementar, conforme previsto na lei de transposição dos servidores que inseriu no Município de Guarulhos o regime de previdência complementar.

Através de consulta simples referente ao CNPJ do IPREF, verificamos a regularidade perante as Fazendas Federal, Estadual e FGTS.

No que se refere a regularidade sobre os tributos municipais, através de consulta ao endereço eletrônico da Prefeitura Municipal não foi possível evidenciar a existência de pendências do ponto de vista tributário, apenas e tão somente os valores para serem quitados no futuro.

Digno de observação no relatório do ano passado, devemos reiterar, salientando que o IPREF ainda não conta com acesso ao sistema para a expedição da certidão municipal. Esse Controle Interno considera importante o IPREF contar com a ferramenta da expedição da certidão e assim, sugere a tentativa de negociação com a Secretaria da Fazenda com vistas a liberação de uma acesso para a emissão da certidão, por pessoa(s) determinadas do IPREF, visto que tal providência se enquadra como importante para a realização de algumas tarefas do IPREF não só para o acesso eventual desse Controle Interno como do Tribunal de Contas quando da visita anual, como também se enquadra para os setores de contratações do IPREF.

IX – Tesouraria e Almoxarifado

Durante o ano de 2021, a princípio, não vislumbramos irregularidades na Tesouraria e no Almoxarifado.

Ao longo do ano de 2021 analisamos os lançamentos da Tesouraria e os mesmos se apresentavam sob o aspecto formal, corretos.

Analisando, também, os extratos de movimentação do estoque e não vislumbramos anormalidades.

Através de informações prestadas pela Contabilidade ocorreu o lançamento da reavaliação correspondente ao ano de 2021 e a partir de janeiro de 2022 iniciou-se o processo de desvalorização.

Ainda verificamos que o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros, encontra-se válido até o dia 06/05/2022.

X – Bens Patrimoniais

Em relação aos Bens Patrimoniais do Órgão, existe observação do Tribunal de Contas no relatório de 2019 e 2020, acerca da não realização de depreciação de referidos bens.

Devemos analisar que existe a informação de que o IPREF contratou empresa por intermédio de regular procedimento licitatório que já apresentou parecer com a avaliação atual de todos os bens do IPREF e Através de informações prestadas pela Contabilidade ocorreu o lançamento da reavaliação correspondente ao ano de 2021 e a partir de janeiro de 2022 iniciou-se o processo de desvalorização.

Deve-se observar que as informações são importantes e dão conta de um avanço, sugerindo-se a comunicação dessas tarefas realizadas ao Tribunal de Contas, no plano de contas dos anos de 2019 e 2020.

XI – Licitações Realizadas e Adequadas aos Procedimentos de Gestão e Fiscalização dos Contratos

Durante o ano de 2021 foram efetuadas vista dos processos se deu por vistas e análise digital.

Foram verificados, por amostragem e tão somente no aspecto formal em um primeiro momento, sem análise o mérito da contratação, alguns processos licitatórios realizados no ano de 2021, salientando que os processos verificados foram relacionados nos relatórios trimestrais deste Controle Interno.

Nos processos analisados, contratações normais e pregão, verifica-se que, *a priori*, não foram constatadas máculas que pudessem ensejar nulidade do processo de licitação, sem prejuízo de constatações posteriores e eventuais observações deste Controle Interno.

De outra feita, ainda de se citar e realçar, que esta Controladoria entende que o Setor de Licitações é primordial no IPREF, e verifica constantemente os avanços pela busca de melhorias na Administração, e sugeriu uma melhor instrumentalização do Setor de Licitações com a realização de cursos constantes, designação de um servidor do quadro para compor o setor e reforçar a sugestão de estudo para que o Setor de Credenciamento seja absorvido pelo Setor de Licitações, com o objetivo de maior unificação nas instrumentalizações contratuais, sendo que, foi designada a criação de uma comissão para esta finalidade.

Ainda devemos destacar, como necessário, que o relatório do Tribunal de Contas de 2020 não fez menção as questões licitatórias, no que se refere aos contratos, convites e demais procedimentos.

XII – Dos processos de Adiantamento de Verbas e Diárias

Este Controle Interno, por determinação da Lei Municipal nº 7.628/2018, alterada pela Lei Municipal nº 7.711/2019, manifesta-se nos processos de adiantamento de verbas e diárias, sendo assim, não teceremos considerações acerca dos referidos processos neste relatório.

De outra feita, devemos ressaltar que ao longo do ano de 2021 foram aperfeiçoados entendimentos com o objetivo de estipular a melhor prática no proceder dos processos de adiantamento de verbas e diárias.

Devemos citar que as despesas de adiantamento e diárias são excepcionais e limitadas e assim devem ser tratadas, pois despesas que podem ser efetuadas e trabalhadas com planejamento e previsibilidade não alcançam as despesas de adiantamento, não sendo recomendado e possível a utilização do adiantamento de verba.

Justificativas para a realização das despesas devem estar fundamentadas e detalhadas, sempre observando que a utilização é a exceção, e deve sempre ter a característica de urgência, ou seja, de uso imediato e urgente.

Muito importante observar que qualquer realização de despesa ou confirmação da realização do serviço e/ou despesa, bem como concessão de diárias, deve ser precedido de anterior empenho consolidado.

Além das recomendações e observações expostas anteriormente, devemos fazer constar que sempre quando ocorra uma dúvida sobre a aplicação de verbas no que tange ao adiantamento de verbas e diárias, é imprescindível com o objetivo de evitar problemas e contestações futuras, que podem até gerar a glosa da despesa, que o(a) tomador(a) converse com o setor de Contabilidade do IPREF, a Procuradoria e até mesmo esta Controladoria.

Como destacamos, periodicamente elaboramos observações para ajudar aos Tomadores, evitando contratempos e glosas nas prestações de contas.

Assim, sugerimos que essa Presidência debata periodicamente com os(as) Tomadores(as) para que sempre instados(as) a aperfeiçoar as justificativas, devendo estas estar

fundamentadas e detalhadas, sempre observando que a utilização é a exceção, e deve sempre ter a característica de urgência, ou seja, de uso imediato e urgente.

XIII – Alimentação do Sistema AUDESP

Este Controle Interno tem zelado para que os setores competentes do IPREF façam as alimentações pertinentes do sistema AUDESP, sendo que, inclusive encaminha mensagens periódicas aos setores envolvidos, com toda a planificação da alimentação a ser efetuada em face da obrigação estipulada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Houve alguns problemas de atrasos no envio de dados ao sistema AUDESP no ano de 2021 que inclusive geraram alertas do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em especial os dados contábeis o que pode gerar apontamentos desse órgão de fiscalização na fiscalização a ser realizado pelo órgão fiscalizador, o que, desde já, submete ao conhecimento do gestor, salientando, inclusive, que foram relatados periodicamente os atrasos a essa Presidência, cabendo a essa Gestão o levantamento de todos os alertas encaminhados para discussão e debates dos necessários ajustes.

A alimentação do sistema AUDESP é primordial e deve ser tratada com bastante atenção ao conteúdo para conferir fidedignidade dos dados e atendimento aos prazos.

Com isso, recomendamos que essa Presidência conscientize e prepare os setores para a necessidade de preenchimento dos dados do sistema AUDESP, respeitando os prazos e a fidedignidade dos dados, com o objetivo de evitar prejuízos ao IPREF.

XIV- Comprev

O setor de Comprev apresentou relatórios de requerimentos a ele direcionados ao longo do ano.

Referido setor de Comprev informou, ainda, que no período destacado houveram recebimentos e pagamentos ao INSS, citando o recebimento da quantia de R\$ 11.239.163,30 (onze milhões, duzentos e trinta e nove mil, cento e sessenta e três reais e trinta centavos), já descontados o valor pago ao INSS na monta de R\$ 205.312,84 (duzentos e cinco mil, duzentos e doze reais e oitenta e quatro centavos).

Citou ainda alguns parâmetros de execução dos serviços, estratégias de trabalho, entre outras ações para melhor execução das funções.

Ainda ressaltou os novos mecanismos, inclusive, de COMPREV entre os RPPS.

Relatou, ainda, o funcionamento do novo sistema de COMPREV, destacando as inovações e dados necessários para esse sistema, assim como destacou que em face dos novos mecanismos de entendimentos da Secretaria de Previdência ao foi destacado o custo de R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais) para a utilização do sistema.

Citou, ainda, a existência de requerimentos (453) com necessidade de cumprimento de exigências, o que sugerimos é que ocorra prioridade.

Ressaltamos que é possível verificar a modificação de patamar do Setor de Comprev, após as últimas recomendações deste Controle Interno e acatadas por essa Gestão, o que é positivo, porém sempre é de se vislumbrar a possibilidade de avanços, o que acontecerá com os constantes investimentos no setor, sua ampliação (tecnológica, recursos humanos e planejamento), e ainda, aprimoramentos, em especial, pelo fato de se preparar para quando o IPREF começar a conceder benefícios em face da Transposição o que implicará, possivelmente, em um aumento significativo da demanda, sem descurar da atual realidade que tem como objetivo o aumento das receitas de COMPREV e ainda verificar a situação do cumprimento das exigências citadas para o que sugerimos prioridade.

XV – Atuário

Considerando que o cálculo atuarial referente aos dados de 2021 encontra-se em fase de confecção, ressaltamos que o mesmo será objeto de análise posterior, quando que, estaremos efetuando, se o caso, relatório complementar.

XVI – Concessão de benefícios e do CRP (Certificado de Regularidade Previdenciária)

No período compreendido entre janeiro de 2021 a dezembro de 2021, consoante informação totalizada e informada a este Controle Interno pelo Setor de Benefícios, foram concedidos benefícios previdenciários previstos na Lei Municipal nº 6.056/05, sendo 71 (setenta e uma) aposentadorias e 102 (cento e duas) pensões.

Analisando os atos de concessão dos benefícios de aposentadorias e pensões entre os meses de janeiro de 2021 a dezembro de 2021, no método de amostragem, com a maior quantidade possível de benefícios analisados, verifica-se que os procedimentos de concessão vêm seguindo o manual existente no IPREF, no que se refere as formalidades, havendo as manifestações dos setores competentes e citados na Instrução Normativa do IPREF, bem como seguindo as orientações do Tribunal de Contas, Portaria do MPS e fundamentando, ao final, as concessões dos benefícios consoante as regras estabelecidas na Lei Municipal nº 6.056/05 e Constituição Federal.

Ainda podemos observar que as concessões seguem um rito jurídico compatível. Ressaltamos que, a princípio, não se verificam impropriedades nos atos concessórios, visto que constam cálculos metodológicos elaborados pelo Setor de Benefícios e pareceres jurídicos fundamentados, sendo que, sempre devendo ressaltar que referidos atos ainda estão pendentes: 1) de registro perante o Tribunal de Contas e 2) pontuais questionamentos dos beneficiários (esses sempre devem ser pautados ao Conselho Administrativo do IPREF).

Citamos que, para o trimestre analisado, consultando o site do Ministério da Previdência foi possível observar a regularidade do CRP (Certificado de Responsabilidade Previdenciária), com validade até o dia 15/06/2022 e em consulta ao CADPREV foi possível verificar que neste momento há irregularidades que apontamos abaixo:

Equilíbrio Financeiro e Atuarial		
Critério(s)	Descrição do Critério	Situação
Equilíbrio Financeiro e Atuarial - Encaminhamento NTA, DRAA e resultados das análises		Irregular

Informações Previdenciárias e Repasses		
Critério(s)	Descrição do Critério	Situação
Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses - DIPR - Consistência e		Irregular

Informações Previdenciárias e Repasses		
Critério(s)	Descrição do Critério	Situação
Caráter Contributivo		
Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses - DIPR - Encaminhamento à SPPS		Irregular

Ante ao contido, sugerimos e recomendamos a verificação da situação apontada, com brevidade, objetivando a regularização.

XVII – Da transparência no endereço eletrônico do IPREF

Em consulta ao endereço eletrônico do IPREF foi possível verificar a existência da publicação de dados de contratações e licitações do IPREF, remuneração dos servidores, informações sobre investimentos, acerca de dados contábeis e financeiros do IPREF, atas dos Conselhos Administrativo e Fiscal, Assistência à Saúde, RPPS, entre outras informações do IPREF.

Devemos salientar que constatamos que o sistema teve um aperfeiçoamento e encontra-se funcional, sendo possível de forma simples obter alguns dados necessários.

Apenas verificamos inconsistências, com a ausência da inclusão e, principalmente, atualização, de dados no endereço eletrônico do instituto que foram objeto de citação nos relatórios trimestrais.

Assim, podemos observar que o IPREF vem dando publicidade a seus atos, necessitando, entretanto, aprimorar a atualização tempestiva do Portal da Transparência de informações e documentos.

XVIII – Dos serviços de Tecnologia da Informação

Verificou-se ao longo do ano que o serviço de Tecnologia da Informação no IPREF conta com manual técnico devidamente publicado no endereço eletrônico do Instituto, que tem em seu propósito padronizar a realização das atividades envolvidas na gestão de T.I. de forma simplificada, assim como se propõe a contribuir de forma significativa na redução de riscos, principalmente operacionais, traduzindo-se em um instrumento de orientação e controle para as atividades de T.I.

De outra feita no Código de Ética do IPREF são relacionadas as condutas acerca dos servidores na utilização dos recursos de tecnologia:

“A utilização dos Recursos de Tecnologia da Informação do IPREF se dá sempre para fins lícitos. Não são toleradas atividades que tenham relação com conteúdo imoral ou leviano ou que atentem contra os interesses do Instituto.”

A reprodução sobre as formas de utilização dos recursos de tecnologia do IPREF estão citadas de forma resumida.

Diante do panorama citada, este Controle Interno intensificou a reprodução e questionamento, com a avaliação das atividades do dia a dia, nos meses citados e não houveram mudanças em relação aos meses anteriores, e assim em face da aderência quanto ao manual citado, reproduzimos os principais pontos avaliados:

- O Manual de TI editado está sendo observado e foram conferidos e validados todos os procedimentos.
- Houve a validação das rotinas de contingência e Backup.
- Não houve modificação, e as responsabilidades se mantiveram como estavam designadas anteriormente.
- Não houve nenhum incidente acima de nível 1.
- As políticas de backup foram revisadas e realizados testes de recovery semanalmente.
- Não se denotaram problemas com conexão e banco de dados.

- O sistema de comunicação de eventuais problemas e mudanças na área de TI se portou de forma normal.

- A composição atual da área responsável pelos dados do IPREF se dá através de equipe de suporte, contendo 2 técnicos e empresa contratada para consultoria de assuntos mais específicos de T.I. que requerem conhecimentos elevados.

- A resolução dos problemas tende a ocorrer da forma mais breve, dentro do prazo estipulado de SLA;

- No que se refere a segurança do login das máquinas essas são determinadas pelo DIT da Prefeitura, na qual se propõe a troca de senhas do login de forma periódica;

- Quanto as senhas de e-mails são de responsabilidade dos servidores a manutenção e eventual atualização das senhas, sempre respeitando a política de TI no que se refere aos acessos da rede;

- Quanto aos sites – sistema de eliminação de endereço indesejados com a ferramenta acker vinculado a Prefeitura do Município de Guarulhos;

- Na estrutura do IPREF, é utilizado Firewall que faz o bloqueio de portas onde é comumente explorada pelos Hackers, já os servidores ficam localizados no DIT;

- O Backup é realizado diariamente, independentemente de ser a prefeitura ou a empresa contratada e retido conforme política do DIT, além disso, existe procedimento no qual o backup de tudo é enviado para a nuvem.

Com base no que foi exposto a este Controle Interno, entendemos que a área de T.I. encontra-se atuando de forma estável e em razoável conformidade com o Manual de Tecnologia da Informação e ainda em relação as restrições sobre o uso da tecnologia, cabendo tão somente as recomendações:

VIII.a) Aprofundar a descrição das regras normativas quanto ao uso da Internet, do correio eletrônico e dos computadores e outros recursos tecnológicos do RPPS, em especial as questões de segurança e senhas na forma prevista na Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados), em especial nos seus artigos 23 a 32, bem como os demais que se aplicam ao Poder Público.

XIX – Da atualização Cadastral

Verifica-se que recentemente foi realizado recenseamento, o que vai de encontro ao exposto por este Controle Interno nos relatórios realizados anteriormente e em consonância com as disposições legais em vigência, em especial o contido na Lei Federal 10.887 de 18 de junho de 2004, a Orientação Normativa SPS n. 202, de 03 de março de 2009, e ainda a Lei Federal 9796 de 05 de maio de 1999, cujas legislações obrigam os Regime de Previdência Social tanto RGPS quanto RPPS, a procederem com o recenseamento dos seus segurados, a cada 05 (cinco) anos.

Em nossa legislação municipal o tema guarda requisito no contido no Inciso VIII, do Artigo 11, da Lei Municipal n.º6056/2005.

Dessa forma, o procedimento encontra amparo e obrigação legal e a sua realização consolidar os dados para o aperfeiçoamento dos cálculos atuariais e também visam a atender os entendimentos majoritários dos órgãos de Controle Interno e Externo.

XX – Dos Precatórios

O IPREF encontra-se inscrito no sistema especial de pagamento de precatórios e segundo informações do Setor responsável pela tramitação dos pedidos de pagamentos em 2021 foram efetuados os pagamentos ajustados e ainda, vem efetuando regulamente o pagamento de ofícios requisitórios, quando recebidos.

O processo referente ao pagamento de precatórios tem sido encaminhado periodicamente a este Controle Interno, permitindo um controle dos pagamentos realizados, conforme tabela abaixo:

Tabela de Valor de Precatórios IPREF – 2021

<u>Mês do Precatório</u>	<u>Valor</u>	<u>Data do Pagamento</u>
Janeiro e Fevereiro	R\$ 741.594,04	23/04/2021
Março, abril e maio		
Junho		
Julho		
Agosto		
Setembro		
Outubro		
Novembro	R\$ 991.195,81	23/11/2021
Dezembro		
Total	R\$ 1.732.789,85	
Parcelamento nos termos do artigo 100, parágrafo 18o Emenda		
Emenda Constitucional 99/2017		
RCL(Receita Corrente Líquida) - 2021 - 2,16%		

Ou seja, no ano de 2021 o IPREF dispendeu com o pagamento de precatórios o valor total de R\$ 1.732.789,85 (um milhão, setecentos e trinta e dois mil, setecentos e oitenta e nove reais e oitenta e cinco centavos).

Já no que tange aos ofícios requisitórios os valores quitados pelo IPREF são da monta de R\$ 100.374,58 (cem mil, trezentos e setenta e quatro reais e cinquenta e oito centavos), conforme tabela abaixo.

Tabela de Valor de Requisitórios IPREF – 2021

<u>Data Pagamento</u>	<u>Valor</u>	<u>Vara de Origem do Requisitório</u>
22/02/21	R\$ 5.523,89	2a Vara da Fazenda Pública de Guarulhos
18/03/21	R\$ 4.763,37	1a Vara da Fazenda Pública de Guarulhos
19/03/21	R\$ 1.066,53	2a Vara da Fazenda Pública de Guarulhos
26/03/21	R\$ 12.985,87	2a Vara da Fazenda Pública de Guarulhos
23/08/21	R\$ 34.341,85	2a Vara da Fazenda Pública de Guarulhos
17/09/21	R\$ 7.211,07	1a Vara da Fazenda Pública de Guarulhos
27/09/21	R\$ 34.482,00	1a Vara da Fazenda Pública de Guarulhos

Total	R\$ 100.374,58
--------------	-----------------------

Assim, considerando as conferências realizadas, *a priori*, demonstra que os depósitos estão cumprindo as exigências.



XXI – Dos Recursos Humanos do IPREF

Analisando-se os organogramas do IPREF, é possível verificar que existe a necessidade de uma reestruturação, com uma análise de todos os cargos existentes ocupados e/ou vagos, verificando-se a necessidade de modificação de nomenclaturas e até mesmo em alguns casos com a extinção, conforme apontado pelo relatório do Tribunal de Contas de 2018, salientando que a Presidência do IPREF já nomeou comissão com essa finalidade a qual encontra-se em andamento de seus trabalhos, inclusive com a participação do Controle Interno.

XXII – Do benefício da Assistência à Saúde

No que se refere ao benefício da Assistência à Saúde, verifica-se que sempre há a necessidade de suplementação dos entes da Municipalidade.

A Unidade de Controle Interno entende, por necessário, também o encaminhamento de uma nova modelagem, com sustentabilidade do plano de assistência à saúde do IPREF em favor dos servidores de Guarulhos, buscando ter um bom custo benefício, com valores razoáveis de mercado e sustentável no plano orçamentário e econômico com o objetivo de se evitar as suplementações, dando maior previsibilidade e tornando-se melhor economicamente ao Município de Guarulhos, bem como concedendo maior autonomia e tranquilidade ao IPREF que faz a administração do benefício.

Constatamos que se encontra em estudo um processo para tratar do benefício da Assistência à Saúde e uma nova modelagem, passando tais estudos ao Chefe do Executivo a quem cabe efetuar as necessárias modificações.

Analisando o conteúdo anual citado, devemos ressaltar, *a priori*, concluindo e recomendando, o que segue:

XXIII - Conclusões

Com o objetivo de aprimorar e racionalizar as atividades conclusivas, as conclusões são efetuadas diretamente em cada tópico o que possibilitará ao gestor uma melhor funcionalidade em sua análise e eventuais providências.

A conclusão em cada tópico, aperfeiçoa o método de elaboração do relatório e da compreensão do contido.

XXIV - Recomendações

Analizando o conteúdo nos meses citados, devemos ressaltar a priori, recomendamos o que segue:

1) Em relação aos Investimentos do IPREF: a) Que ocorra a cientificação do Setor Técnico de Investimentos, Comitê de Investimentos e Conselhos do IPREF; b) Instrução de um procedimento administrativo próprio ou outros expediente para substanciar, ao longo do ano, ajustes, respostas e justificativas ao Tribunal de Contas na tomada de contas do ano de 2021 ou em qualquer momento, bem como eventualmente respostas pontuais para outros órgãos e até mesmo à Prefeitura que tem o hábito de encaminhar esses alertas e com esses autos seja efetivada uma análise preliminar dessa Presidência, com sugestão de avaliação da Diretoria Administrativa e Financeira, do Setor Técnico de Investimentos, Comitê de Investimentos e Conselhos do IPREF.

2) Deverá ser aferido pela Administração, através dos setores técnicos competentes avaliar os itens de receita e despesas que foram indicados pela realização em desacordo com a previsão para o trimestre, porém devem ser avaliadas em conjunto com a conjuntura anual e ainda um posicionamento acerca do andamento das conclusões do Grupo de Trabalho constituído pela portaria nº 165/2020, publicada no Diário Oficial no dia 13/11/2020, assim como aprofundar e aprimorar o procedimento de cobrança dos repasses em atraso da Assistência à Saúde deste calendário e gestão desses repasses com o objetivo de evitar atrasos.

3) Recomendamos que essa Presidência conscientize e prepare os setores que necessitam preencher dados do sistema AUDESP com o objetivo de evitar prejuízos ao IPREF, em face do que foi exposto neste relatório.

4) Com relação a área de (T.I.) - Tecnologia da Informação nossa recomendação, que ratificamos, é a identificação e aprofundamento da descrição das regras normativas quanto ao uso da Internet, do correio eletrônico e dos computadores e outros recursos tecnológicos do RPPS em consonância e em conjunto as normas da LGPD.

5) Avaliar sobre o destaque do item III deste relatório acerca da controvérsia existente em relação à remuneração da Presidência mesmo após a edição e publicação da Lei

Municipal nº 7.786/2019, que foi objeto de apontamento e julgamento recente pelo Tribunal de Contas, onde que, apenas de não se aferir prejuízo econômico ao IPREF, há o entendimento de que a sistemática da legislação que reformulou o entendimento sobre a remuneração estaria eivada de vício de entendimento legislativo, sendo recomendado o encaminhamento da demanda ao Executivo Municipal com o objetivo de evitar contratempos em análise de contas seja no IPREF, seja da Prefeitura Municipal.

6) Com relação ao item XX do benefício da Assistência à Saúde, a Unidade de Controle Interno entende pelo encaminhamento ao Executivo de uma sugestão de nova modelagem do benefício ao Chefe do Executivo Municipal a quem cabe efetuar as necessárias modificações que serão de grande valia ao IPREF e ao Município.

7) Quanto a transparência do endereço eletrônico do IPREF recomenda o aprimoramento da atualização tempestiva do Portal da Transparência com as informações e documentos.

8) Quanto ao COMPREV considerando a informação da existência de requerimentos (453) com necessidade de cumprimento de exigências, recomendamos prioridade.

XXV – Finalização

Desta forma, encaminhamos o presente relatório com considerações e recomendações, com o objetivo de que as atividades sejam realizadas da melhor maneira e os objetivos atingidos, bem como que essa Presidência cientifique, quando necessário, os setores, o Comitê de Investimentos e os Conselhos do aqui contido.

Quanto as comissões e grupos de trabalho instituídos pela Presidência, entendemos como pertinentes e que os seus objetivos e resultados serão acompanhados por esta Controladoria.

Destacamos que eventuais equívocos decorrentes de dados constantes deste relatório, se constatados, serão encaminhados imediatamente ao conhecimento dessa Presidência.

Nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem pertinentes e necessários acerca desse relatório, ressalvando, ainda que estamos encaminhando alguns documentos de origem de outros setores que balizaram nossas informações em forma de relatório.

As informações e opiniões efetuadas nas linhas anteriores não elidem, nem respaldam anomalias ou anormalidades não detectadas nos trabalhos desenvolvidos, nem isenta dos encaminhamentos administrativos e legais que o caso ensejar.

Solicitamos, por fim, que essa Presidência comunique este Controle Interno de eventuais providências adotadas em face desse relatório.

Guarulhos, em 14 de abril de 2022.

Atenciosamente,

Wilson Roberto Morales
Controlador Geral – IPREF

ANEXO I – Certificado de Regularidade Previdenciária



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA
Subsecretaria dos Regimes Próprios de Previdência Social

Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP

Ente Federativo: Guarulhos UF: SP
CNPJ Principal: 46.319.000/0001-50

É CERTIFICADO, NA FORMA DO DISPOSTO NO ART. 9º DA LEI Nº 9.717, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998, NO DECRETO Nº 3.788, DE 11 DE ABRIL DE 2001, E NA PORTARIA Nº 204, DE 10 DE JULHO DE 2008, QUE O MUNICÍPIO ESTÁ EM SITUAÇÃO REGULAR EM RELAÇÃO A LEI Nº 9.717, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998.

FINALIDADE DO CERTIFICADO

Os órgãos ou entidades da administração direta e indireta da união deverão observar, previamente, a regularidade dos estados, do Distrito Federal e dos municípios quanto ao seu regime próprio de Previdência Social, nos seguintes casos, conforme o disposto no art 7º da lei nº 9.717, de 1998:

- i. Realização de transferências voluntárias de recursos pela união;
- ii. Celebração de acordos, contratos, convênios ou ajustes, bem como de empréstimos, financiamentos, avais e subvenções em geral de órgãos ou entidades da administração direta e indireta da união;
- iii. Liberação de recursos de empréstimos e financiamentos por instituições financeiras federais;

Certificado emitido em nome do Ente Federativo e válido para todos os órgãos e entidades do município

A aceitação do presente certificado está condicionada à verificação, por meio da internet, de sua autenticidade e validade no endereço: <http://www.previdencia.gov.br>, pois está sujeito a cancelamento por decisão judicial ou administrativa.

Este certificado deve ser juntado ao processo referente ao ato ou contrato para o qual foi EXIGIDO.



EMITIDO EM 17/12/2021
VÁLIDO ATÉ 15/06/2022

N.º 986477 -
205189